



Diário OFICIAL Assembleia

Poder Legislativo Estadual

Edição nº 1.090 | 18ª Legislatura | Publicação nº 085 | 16 páginas
Curitiba, Sexta-Feira, 3 de Junho de 2016

Mesa Executiva

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES 1º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO Presidente	DEPUTADO ADELINO RIBEIRO 3º Secretário
DEPUTADO ANDRÉ BUENO 2º Vice-Presidente	DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES 1º Secretário	DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO 4º Secretário
DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO 3º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMIR BIER 2º Secretário	DEPUTADO NEY LEPREVOST 5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Deputado Requião Filho
PMDB	Deputado Nereu Moura
PSD	Deputado Luiz Carlos Martins
DEM	Deputado Elio Lino Rusch
PT	Deputado Professor Lemos
PDT	Deputado Nelson Luersen
PSB	Deputado Tiago Amaral
PSDB	Deputado Francisco Buhner
PSC	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PV	Deputado Tião Medeiros

Representação Partidária

PSD - Claudia Pereira, Gilson de Souza, Claudio Palozzi, Paranhos, Evandro Araújo, Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Anibelli Neto, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, André Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhner, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Arruda. **PDT** - Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, Nelson Luersen. **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Alexandre Guimarães, Chico Brasileiro, Cobra Repórter, Guto Silva, Hussein Bakri, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Ney Leprevost. **PSB** - Alexandre Curi, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Stephanes Júnior, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Gilberto Ribeiro - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

Deputados Licenciados

PSD - Ratinho Júnior. **PPS** - Douglas Fabrício. **PSB** - Artagão Junior.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral	Flavio Luis Coutinho Slivinski
Secretário - Geral da Presidência	Luiz Fernando Feltran
Diretor Legislativo	Dylliardi Alessi
Diretora Administrativa	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro	João Ney Marçal Junior
Controladora Geral	Flávia Malucelli Baltazar
Ouvidor Geral	Caíto Quintana

Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911

Telefone 41 3350.4000

Sumário

Sessões Plenárias	03
Processo Legislativo	13
Publicações Administrativas	14

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 31 de maio de 2016 - Ata n.º 49

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PSB), Alexandre Guimarães (PSD), Andre Bueno (PSDB), Anibelli Neto (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Cláudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSD), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Evandro Junior (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavacca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PRB), Gilson de Souza (PSC), Guto Silva (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luiz Carlos Martins (PSD), Luiz Cláudio Romanelli (PSB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pauliki (PDT), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (DEM), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Reichembach (PSC), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Stephanes Junior (PSB), Tadeu Veneri (PT), Terçilio Turini (PPS) e Tiago Amaral (PSB) (48 Parlamentares). À hora regimental, o Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, secretariado pelos Srs. Deputados Plauto Miró (1.º Secretário) e Ademir Bier (2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da 49.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 18.ª Legislatura. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 48, de 30/5/2016), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Documentos originais sob a guarda das Comissões e Diretorias.) **Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo n.º 2.926/2016**, Ofício n.º 45/2016, da Vice-Governadora do Estado do Paraná, Cida Borghetti, solicitando a retificação da data da viagem comunicada através do Ofício n.º 44/2016, informando que se ausentará do País no período de 1.º a 13/6/2016, representando o Estado do Paraná em missão oficial à China e à Rússia; **Protocolo n.º 2.927/2016**, Ofício n.º 1.635/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária ao Ofício n.º 1.523/2016, referente a Requerimento da Deputada Maria Victória; **Protocolo n.º 2.928/2016**, Ofício n.º 1.642/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária ao Ofício n.º 1.524/2016, referente a Requerimento da Deputada Maria Victória.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Finda a leitura do Expediente. Srs. Deputados, antes de iniciarmos a apresentação do Secretário Mauro, em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, vou abrir um precedente e registrar a presença do Secretário Ratinho Júnior, que tem, nesta Casa, entre o PSC e o PSD, a maior Bancada em conjunto. Então, vou suspender por uns dois, três minutos para que o Deputado e Secretário Ratinho Júnior possa fazer uma foto com os Srs. Deputados - e estarei junto com certeza, o Secretário Plauto, o Ademir - e na sequência iniciamos a Sessão normal.

(É suspensa a Sessão.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Está reaberta a Sessão. Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, declaro aberta a

Audiência Pública de Prestação de Contas do primeiro quadrimestre de 2016 da Secretaria de Estado da Fazenda.

Antes de passarmos a palavra ao Secretário Mauro, solicito à Mestre de Cerimônias que faça o registro dos convidados que fazem parte da Secretaria da Fazenda presentes.

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde a todos!

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): “Pela ordem”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): “Pela ordem”, Deputado Nereu Moura.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Gostaria que V. Ex.a, as pessoas que fossem nominadas que se identificassem para sabermos quem é quem. Quando a nossa cerimonial chamar o nome da pessoa, pelo menos erga a mão só para sabermos quem é a pessoa e qual cargo exerce.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Ok.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Anunciamos a agradecemos a presença do Sr. George Tormin, diretor geral da Secretaria da Fazenda; Sr. Celso Tadeu, chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda; Sr. Gilberto Calixto, diretor da coordenação da Receita do Estado; Sra. Suzane Gambetta Dobjenski, chefe da Inspeção Geral de Arrecadação; Sr. Euwaldo Luiz Baldez, assessor do gabinete da Secretaria da Fazenda; Sr. Eduardo Moreira, procurador de Estado do Núcleo Jurídico da Secretaria da Fazenda; Sr. João Otávio, coordenador da Coordenação Administrativa e Financeira do Estado; Sr. João Giona, coordenador da

Coordenação de Orçamento e Programação; Sr. Francisco Inocêncio, coordenador da Coordenação de Assuntos Econômicos; Sr. Edemilson José Pego, contador geral da Secretaria da Fazenda; Sra. Maria de Fátima, coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Coordenação da Receita do Estado; Sra. Gedalva Baratto, assessora econômica; Sr. Ademir Furlanetto, presidente do Conselho de Contribuintes; Sr. Carlos Meireles, do Controle Interno da Secretaria da Fazenda; Sra. Bruna Kowalski, técnica da divisão de controle da Receita e da Dívida Pública; Sra. Raquel Karina Loch, técnica da Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública; Sr. José Marcos Grabicoski, auditor fiscal do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Coordenação da Receita do Estado; Sra. Ana Beatriz Prado, secretária da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Sr. Marcel Henrique Micheletto, presidente da Associação dos Municípios do Paraná. São esses os nossos convidados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos ilustres visitantes, declaramos aberta a **Audiência Pública** e passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, por 30 minutos de apresentação e mais 15 minutos de prorrogação, só podendo ser apartado durante a prorrogação de 15 minutos. Também solicito aos Srs. Deputados que queiram formular perguntas que façam a inscrição aqui na mesa. Com a palavra o Secretário Mauro Ricardo. Antes de o Secretário Mauro usar da palavra, gostaria de registrar o aniversário do nosso 2.º Secretário da Casa, Deputado Ademir Bier, no dia de hoje.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: (Exposição feita com apresentação de slides.) Bom, primeiramente queria saudar o Presidente Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a todos os Parlamentares presentes, aos coordenadores da Secretaria da Fazenda, imprensa, a todos os convidados e dizer da grande alegria e satisfação de estarmos novamente na Assembleia Legislativa para prestar contas em relação aos resultados que o Estado obteve no primeiro quadrimestre de 2016, comparando, inclusive, com o primeiro quadrimestre de 2015. E, ao mesmo tempo, agradecer novamente aos Parlamentares presentes, porque esses resultados só foram alcançados por conta das ações que foram aprovadas, os Projetos de Leis que foram aprovados por esta Casa, que permitiram que o Estado do Paraná hoje se diferenciasse em relação a todas as outras Unidades da Federação ou mesmo do Governo Federal. Enquanto estamos vendo inúmeros Estados ou mesmo o Governo Federal com dificuldades em relação ao pagamento de pessoal e encargos sociais, estamos em dia com as nossas obrigações relativas ao pagamento de pessoal e encargos sociais bem como pagamento de fornecedores. Inclusive fomos a única unidade da Federação que deu a correção da inflação total de 2015 em janeiro de 2016. Nenhuma outra unidade da Federação fez isso, muito menos o Governo Federal. Isso só foi possível por conta das diversas ações que foram feitas, no sentido de reduzir despesas e ampliar receitas do Estado, de tal maneira que pudéssemos gerar resultados importantes em benefício da população. Mas, vamos apresentar os resultados do primeiro quadrimestre de 2016: as receitas e despesas; as despesas e receitas também de regime próprio de Previdência; os resultados e a dívida e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com relação à receita no primeiro quadrimestre, alcançamos a receita de quase R\$ 15 bilhões, R\$ 14.600 bilhões de receita corrente, e receita de capital de R\$ 305 milhões. Isto representa em uma variação nominal de 21%, aproximadamente, em relação a 2015, ou, descontado a inflação, um crescimento real de 10,2%, onde se destaca que em relação a 2015, as receitas de capital - e vocês vão poder observar mais à frente quando analisarmos as despesas de capital com um crescimento extremamente significativo - subsidiaram bastante os investimentos que o Estado fez no primeiro quadrimestre. Tivemos 10 de crescimento real ou 21 de crescimento nominal, alcançando quase R\$ 15 bilhões nos quatro primeiros meses do exercício. No que se refere às receitas correntes, dos quase R\$ 14,6 bilhões de receitas correntes, o destaque, logicamente, é para receita tributária com 10,6% ou R\$ 10 bilhões e 700 milhões, que levou a um crescimento real de quase 13% em relação a 2015. As receitas patrimoniais também com crescimentos expressivos, especialmente por conta da aplicação financeira das nossas disponibilidades de caixa; a receita agropecuária teve uma pequena queda por conta do Instituto de Florestas; a receita industrial com um crescimento significativo, especial, por conta da produção de vacinas da Tecpar; a imprensa, também, estadual com crescimento significativo na produção industrial, se levou a um crescimento real de 10, 70,5%; a receita de serviço também um pequeno crescimento. As transferências é que, infelizmente, não corresponderam ao que gostaríamos de receber, por conta dos problemas que o Governo Federal tem tido em relação ao comportamento da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI - que vamos detalhar um pouco mais a frente - vocês podem observar, aqui, com uma queda de 6% real nesses primeiros quatro meses. A receita corrente nossa cresce a 8.12 real ou 18.6 nominal. Aqui é interessante mostrarmos a composição das nossas receitas correntes. Podem observar que a receita tributária corresponde a 73%; a receita agropecuária, enfim. As nossas receitas, também, do Fundeb, isso aqui são recursos próprios do Estado relativo ao ICMS e ao IPVA. Vocês podem observar, dos 100% de receitas correntes do Estado, apenas 10,4% são de receitas transferidas pelo Governo Federal oriundas de tributos federais. O restante são receitas próprias do Estado. O Estado vive, hoje, por conta da arrecadação própria. Muito pouco recebe de terceiros e, em especial do governo federal para as suas atividades. Aproximadamente 90%, ou 89,6% são de receita própria do Estado, apenas 10,40 de transferências de terceiros. Aqui, esse quadro demonstra bem isso, 89,6% são receitas próprias e apenas 10,4% são recursos de terceiros. Esta é a composição das nossas atividades, das nossas receitas correntes. No que se refere às receitas tributárias, que fazem parte do grupo de receitas correntes, o ICMS, logicamente, é o maior valor absoluto de R\$ 7,5 bilhões, em 2016, no primeiro quadrimestre, o IPVA com 2,3, o que demonstra um crescimento real de 3,8 e do IPVA de 60,68%, uma avaliação real. Aqui cabe uma observação, porque no exercício de 2016 houve uma mudança de calendário do recolhimento do IPVA. O IPVA no ano passado foi recolhido de abril, maio e junho e, em 2016, de janeiro, fevereiro e março, então, por isso, houve... Essa mudança de calendário levou a se obter uma arrecadação maior, no primeiro quadrimestre, em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. No ITCMD tivemos também um crescimento de 4,6 de real, Imposto de Renda retido na fonte também. O que está caindo são as nossas taxas e, em especial, as taxas oriundas do Corpo de Bombeiros. No que se refere à receita tributária, vocês podem observar que o ICMS é quase 70% da receita tributária e o IPVA 21,5%, imposto de renda retido na fonte, 7,6 e assim por diante. As transferências correntes, são as transferências federais, conforme falei para os senhores, com queda de 8,4%. O que mais cai é o FPE e aí sente não só o governo do Estado, ou os Governos Estaduais, mas todos os Municípios estão com esse mesmo percentual

de queda, exatamente pela queda de arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. A Cide: houve um acréscimo significativo na Cide, que ela passou, foi restabelecida em agosto do ano passado, logicamente, no primeiro quadrimestre do ano passado não existia, por isso, esse crescimento significativo da Cide, nesses quatro primeiros meses do ano, em relação ao ano passado. Os *royalties* caem, porque cai a produção de xisto. IPI e exportação: vocês podem observar que a queda do IPI é muito significativa, de 14%. A Lei Kandir da mesma forma, o salário-educação, você pode observar que há quedas significativas, em receitas da União, à exceção desta, que é relativa ao auxílio proveniente da Lei Kandir, que no ano passado, ele foi transferido ao Governo do Estado, em outubro, novembro e dezembro e este ano está sendo transferido desde o mês de janeiro. Então, isso logicamente levou a um valor significativo de 2016, em relação a 2015. Os recursos do SUS também com queda real de 12%, isso nos preocupa bastante, principalmente porque essas transferências são um lastro importante para o custeio das atividades do Sistema Único de Saúde do Paraná e estamos com queda significativa de quase de 12% real em relação ao exercício anterior. Então, das transferências, estamos nesta situação de 8,4 nas transferências federais e essas outras transferências são as transferências do Fundeb, são provenientes de recursos do próprio Estado, com um crescimento de 2,27. Aqui é interessante, porque é a primeira vez que estamos apresentando na Assembleia esse quadro, que mostra o quanto, qual é o montante de recurso arrecadado pelo Governo Federal e quanto disso é arrecadado no Estado do Paraná. Então, vocês podem observar, em 2015, uma arrecadação federal de quase R\$ 827 bilhões. No Paraná, desses R\$ 827, R\$ 40 bilhões foram arrecadados no Estado do Paraná, ou seja, o Estado do Paraná arrecada aproximadamente 5% do que é arrecadado em nível Brasil. Vamos ver agora o que recebemos oriundo dessas transferências. Anualmente sai R\$ 40 bilhões dos paranaenses para o Governo Federal - vamos observar o que volta em termos de transferências - e retorna ao Paraná apenas 15,1%. Desculpa, R\$ 15 bilhões. De R\$ 40 bilhões que vai retornar apenas R\$ 15 bilhões. Então, retornam aproximadamente, no exercício de 2015, quase 38% e 62% vão e ficam no Governo Federal, que transfere para outras Unidades da Federação. Se observarmos a média dos três anos, mais o primeiro quadrimestre de 2016, temos aproximadamente 35% que retorna, 65% vão e não retornam mais ao Estado do Paraná. Então, exigir que o Governo Federal transfira mais recursos ao Estado do Paraná, acho que é uma obrigação de todos nós, porque afinal, aqui se arrecada R\$ 40 bilhões, e retornar apenas 15 aos paranaenses acho que é algo injusto em face das diversas necessidades que existem no Estado do Paraná. Com relação ao Fundeb, do que transferimos ao Fundeb, oriundos do ICMS e do IPVA e o que retorna: transferimos em 2016, no primeiro quadrimestre, quase R\$ 1 bilhão e 800 e recebemos de volta R\$ 1 bilhão e 400 aproximadamente. Então, temos aqui R\$ 330 milhões de perdas do Fundeb e de perdas para o Estado, mas ganhos para os Municípios. Os Municípios estão sacando mais do que estão depositando, porque está acontecendo exatamente o inverso em relação ao Estado. Aqui é a nossa receita corrente orçada *versus* as realizadas, para saber como está o comportamento da nossa receita em relação aquilo que foi previsto no orçamento do Estado. Podemos observar que dos R\$ 41 bilhões que foram orçados inicialmente, arrecadamos R\$ 14,6 bilhões, ou seja, em torno de 36% do que foi orçado nós já arrecadamos, o que é um percentual muito bom em relação às receitas correntes - acima de 30%, à exceção são outras receitas correntes, que chegamos a 23%, mas aqui ainda têm receitas que irão se concretizar em breve, em especial, por conta da alienação da folha de pagamento, que entra aqui como outras receitas correntes. As receitas de capital com um crescimento expressivo de 642%, em nível real e destacam-se as operações de crédito. Recebemos, no primeiro quadrimestre, quase R\$ 230 milhões, oriundos do Banco Mundial, operação de crédito com o Banco Mundial. Alienação de bens: ainda não concretizamos tudo que estava previsto no orçamento, esse é nosso grande desafio para 2016. As transferências de capital também tivemos uma realização baixa, porém bem maior ainda que 2015. Mas outras receitas de capital maior do que nos anos anteriores, mas ainda um volume absoluto ainda pequeno, em relação às necessidades do Estado. Nas receitas de capital então, destacam-se as operações de crédito com o Banco Mundial. Então, vemos que das receitas de capital, quase 75% a origem é esta operação de crédito com o BNDES, que é aplicado na saúde, na educação, na assistência social, na agricultura e nas diversas áreas do Governo, e vocês podem observar que na receita de capital temos 19,16%, são receitas próprias e a diferença de receitas de terceiros. No caso específico do primeiro quadrimestre, as receitas oriundas das operações de crédito. É esta composição 80,84 e 20% de receita própria. A receita de capital em relação à orçada: temos nas operações de crédito, uma expectativa de receber até o final do exercício, R\$ 601 milhões, já recebemos R\$ 227, a nossa expectativa é chegar até o final do ano com mais R\$ 373 milhões. Temos algumas operações de crédito que estão tramitando na Secretaria do Tesouro; tem uma operação de crédito de US\$ 67 milhões do Paraná Seguro, tem mais uma outra operação de crédito de mais de US\$ 150 milhões também do Paraná Urbano, e tem mais uma outra operação de crédito de US\$ 300 milhões para infraestrutura em especial nas estradas do Estado do Paraná. Outro desafio grande que temos, é com relação a alienação de bens. Fizemos uma proposta ousada em relação à expectativa de transformar determinados bens hoje existentes em outros bens mais servíveis ao Estado. Isto ainda não se concretizou nesses primeiros quatro meses e estamos trabalhando para que essas receitas possam ingressar até o final do exercício. Grande parte dessas receitas subsidiarão os investimentos que o Estado previu no orçamento de 2016. As transferências de capital são convênios com o Governo Federal. Então, estabelecemos uma expectativa de recebimento de R\$ 725 milhões de convênio com o Governo Federal, e até agora só se concretizou em torno de R\$ 20 milhões, ou seja, no primeiro quadrimestre, em torno de 10% daquilo que estava previsto realizar até o final do exercício. Temos desafios grandes pela frente no que se refere a realização dessas receitas de capital previsto. Bom, a receita consolidada orçada *versus* a realizada. Vocês podem observar que na receita corrente temos um bom índice de realização e no que se refere às receitas de capital ainda não temos um bom índice de realização. Aqui, vocês podem observar o comparativo da receita corrente líquida. O que é receita corrente líquida? É toda a receita corrente do Estado menos as transferências que são feitas aos Municípios. E aqui estamos comparando todas as Unidades da Federação para saber o que está ocorrendo em nível Brasil. Esse mesmo quadro relativo a 2015 comparado com 2014, o Paraná praticamente era a única Unidade da Federação que tinha crescimento positivo em sua receita corrente líquida. Agora, estamos comparando o primeiro bimestre 2016 com o primeiro bimestre de 2015 e vocês podem observar o Paraná também se destaca em relação a todas as outras Unidades da Federação. A receita corrente líquida do Paraná, no primeiro bimestre, cresceu 15,4%, o Mato Grosso do Sul 4,7 e no restante tudo decréscimo em

relação ao mesmo período anterior. Então, vocês podem observar o destaque do Estado do Paraná. E aqui comparando os principais tributos no Paraná com os principais tributos em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, é um retrato do que está acontecendo em nível Brasil. Vocês podem observar o ICMS do Paraná cresce a 3,8; São Paulo cai 8,8; Rio de Janeiro cai a 2,5; Minas Gerais cai 13,2; Rio Grande do Sul sobe 2,8 e assim por diante. Vocês podem observar, nos principais tributos o Paraná cresce real 13,2; São Paulo cai 8,2; Rio de Janeiro sobe 1,4; Minas Gerais cai 2,8; Rio Grande do Sul está subindo a 6,9 e a União cai 7,9. Vocês podem observar que o IPI da União caiu 7,9, cai quase 23% real em 2016, em relação a 2015. Aqui novamente o Estado do Paraná destaca-se em relação ao que está ocorrendo em nível Brasil. Agora, vamos analisar a despesa, como comportou-se nesse primeiro quadrimestre. A despesa também cresceu. A receita cresceu 10,4 e a despesa cresceu 16,4% em nível real, e onde ela cresce? Ela cresce na despesa corrente, cresce 13,14% e cresce muito a despesa de capital, cresce 110,3% em nível real ou nominal, 131%. Então, é um crescimento extremamente significativo no exercício de 2016. E olhando a despesa corrente para saber onde ela está crescendo, então a despesa corrente cresce a 13 - vamos olhar aonde ela está crescendo - cresce no pessoal e em encargos sociais a nível real, cresce 11,5%, em relação ao mesmo período de 2015. Aqui é uma preocupação grande que temos, no ano passado fizemos o ajuste fiscal para pagar as dívidas que existiam em relação aos exercícios anteriores. Neste ano, grande parte do ajuste fiscal que fizemos está servindo para pagar pessoal e encargos sociais. É importante que controlemos as despesas de custeio, em especial de pessoal e encargos sociais para que possamos fazer mais em benefício da população, sobrando mais recursos, exatamente, para as atividades finalísticas de Estado. Vocês podem observar que pessoal e encargos sociais um crescimento de 8,5% real, em relação a 2015, um crescimento nominal de 19%. Então, é algo que nos preocupa bastante, este crescimento na área de pessoal e encargos sociais. Juros e encargos da dívida caem e outras despesas correntes também sobem 17,11%, parte disso logicamente pelas transferências a Municípios, que cresce bastante - e é bom, muito bom para os Municípios - cresce em termos reais em quase 17%, nominal 27,5 e real 17. Ou seja, já transferimos nesses primeiros quatro meses do ano, R\$ 3 bilhões e 400 milhões aos diversos Municípios do Estado do Paraná. Precatório cresce também em relação ao quadrimestre anterior, porque no ano passado estávamos ainda pagando compromissos de exercícios anteriores, por isso que as nossas despesas esse ano são maiores do que as do ano passado. Parcelamos a dívida que existia com precatórios e pagamos toda ela até agosto. Então, quando chegarmos ao próximo quadrimestre, teremos a comparação mais adequada em relação ao pagamento de precatórios. As demais despesas correntes crescem porque, logicamente, cresceram as despesas do Estado na área da saúde, da educação, de assistência social nas diversas ações finalísticas de possibilidades do Estado...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Peço às galerias que, por favor, façam silêncio.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Vou mostrar mais a frente o crescimento expressivo que houve, em especial na área de saúde houve um crescimento de mais de 50% em relação aos gastos do primeiro quadrimestre, no ano passado. Bom, nas outras despesas correntes crescem as transferências, conforme falei para os senhores, serviço médico hospitalar, vocês podem observar o crescimento aqui, 2016, de janeiro a abril, extremamente expressivo. PIS/Pasep, guarda, limpeza, enfim, são diversos pagamentos que o Estado fez e outras despesas correntes. As transferências a Municípios, os R\$ 3 bilhões e 400, a origem desses R\$ 3 bilhões e 400. Quanto é de ICMS, IPVA, Fundo de Exportação, Cide, enfim, foram números expressivos que ajudaram bastante os Municípios por conta da queda das transferências federais decorrentes do Fundo de Participação dos Municípios. Vocês podem observar como é que se compõem as despesas correntes do Estado, e o que sobra, efetivamente, para as atividades, vamos dizer, mais finalísticas do Estado. Vocês podem observar que pessoal e encargos sociais consomem 53% de todas as despesas correntes do Estado. Precatório, 2%. Juros e encargos da dívida, 2%, e transferências a Municípios, 26% ou seja, de cada R\$ 100 que se gasta no Estado, apenas 17 estão livres para aplicar em outras despesas. O restante todo já está comprometido, ou para pagamento de pessoal ou para pagamento de precatório ou para pagamento de juros ou para transferências. Transferência a Município não dá para diminuir. Pessoal e encargos sociais também não dá para diminuir, salário dos servidores. Precatórios, também não dá para diminuir, juros e encargos da dívida é o que estamos trabalhando e renegociando junto com o Governo Federal. Vocês veem como o orçamento está amarrado, em termos de divisão do bolo de recursos. Com relação a despesas de capital, investimos no primeiro quadrimestre R\$ 405 milhões, logicamente muito maior do que aquilo que foi investido em 2015, um crescimento real de 422% em relação ao que investimos no primeiro quadrimestre de 2015. Amortização de dívida também cresceu, porque começamos a pagar uma operação de crédito que foi feita com o BNDES, o Proinvest. Por isso as despesas de 2016 foram maiores do que as de 2015, no que se refere às inversões, à amortização de dívidas. Os investimentos que o Estado fez, os R\$ 405 milhões é que mostramos para vocês, em quais áreas foram feitos estes investimentos. Grande parte foi feito na área de transportes rodoviários, de rodovias. Então, vocês podem observar, na administração e manutenção dos serviços rodoviários, gastamos R\$ 114 milhões e projetos na área de sistemas rodoviários, R\$ 60 milhões. Na saúde, na urgência e emergência, 26 milhões. Enfim, aqui estão desdobrados os R\$ 405 milhões que foram empenhados no primeiro quadrimestre de 2016, em relação a 2015. Tive a curiosidade de pegar quais as informações relativas a maio. E se somarmos maio, a janeiro a abril, este número sobe para R\$ 600 milhões. Ou seja, apenas de março até abril para maio, crescemos 50% os investimentos do Estado. Ou seja, saímos de 405 milhões até abril, para até maio R\$ 600 milhões. Ou seja, o ritmo de investimentos do Estado cresceu de maneira significativa. Para vocês terem uma ideia, já temos...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Deputado Mauro... Deputado, estou lhe promovendo. O nome é tão propagado que já chegou à Casa. Mais 15 minutos.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Então, já temos R\$ 600 milhões investidos nos primeiros cinco meses do exercício, o que é algo extremamente importante, que mostra a priorização que o Estado está dando aos investimentos. A despesa do Estado, conforme está dividido, vocês podem observar que pessoal e encargos sociais, aqui já não é mais a despesa corrente. Aqui são todas as despesas que o Estado tem. Pessoal e encargos sociais consomem quase 50% de toda a despesa do Estado. Dívida, 4,2. Transferência a Municípios quase 25%. Precatórios, inversões financeiras ou seja, 80,63% são consumidos nestas despesas que eu diria aqui, despesas incomprimíveis. Sobrando apenas 18,

19%, aproximadamente 19,4% para o restante das despesas. Então, o desafio é esse, é gerarmos cada vez mais recursos para atender as despesas extremamente importantes de serem feitas em benefício da população. Vocês veem a composição: pessoal, transferências, investimentos... Então, realmente o desafio é enorme. As despesas com função, por função: as transferências a Municípios; educação, no primeiro quadrimestre foram 3 bilhões e 300; saúde, 1 bilhão e 400; segurança pública, 1 bilhão e 400; Judiciário; Previdência Social, enfim. Está aberta aqui a forma de distribuição por função da despesa no primeiro quadrimestre. Aqui também, neste gráfico de pizza, mostra as transferências começando do maior para o menor no sentido horário: transferência, educação, saúde etc. Aqui são as receitas e despesas do regime próprio de Previdência, são as receitas oriundas do regime próprio, 1,5 bilhão, e as despesas, 2 bilhões e 800, que é coberto, o déficit do sistema previdenciário, de 1 bilhão e 300, e o outro coberto pela insuficiência financeira de R\$ 973 milhões e com a reserva matemática do Fundo Previdenciário, de mais R\$ 340 milhões. A Previdência nos custou, neste primeiro quadrimestre, R\$ 2 bilhões e 800 milhões, o que é uma despesa extremamente significativa. Os resultados de janeiro a abril, o resultado orçamentário mede receitas e despesas, qual foi o comportamento da receita e da despesa - realizamos 14, quase 15 bilhões de receita e de despesa R\$ 14 bilhões, ou seja, tivemos um resultado, no primeiro quadrimestre, de R\$ 850 milhões nos primeiros quatro meses. A despesa corrente cresceu quase 12 e as receitas correntes 8,12%. O resultado primário mede as receitas primárias, as receitas não financeiras contra as despesas não financeiras; o nosso resultado foi positivo, R\$ 350 milhões - a meta era ter um déficit de 2 bilhões e 800 e tivemos um superávit de R\$ 350 milhões. Enquanto a União tem déficits constantes, déficits primários, o Estado do Paraná tem superávits constantes ao longo de 2015 e 16. O resultado nominal mede a evolução da dívida, para saber se a dívida cresce ou não ao longo desse período. Podemos observar que a dívida consolidada líquida, que era em 2015 de 16 e 419, ela baixa para 13 e 374, ou seja, há uma queda de quase R\$ 2 bilhões na dívida consolidada líquida. Ou seja, tivemos um superávit nominal de quase R\$ 2 bilhões nesses primeiros quatro meses - um superávit primário de R\$ 850 milhões, um superávit nominal de R\$ 2 bilhões e um superávit orçamentário acho que de 300, aproximadamente 350... O superávit orçamentário de 850, o primário de 340 e o resultado nominal de R\$ 2 bilhões. As despesas com pessoal e encargos sociais neste primeiro quadrimestre alcançaram o percentual de quase 52% da receita corrente líquida, lembrando bem que o limite de alerta é 54, o limite prudencial é 57 e o limite legal é 60. Estamos muito próximos do limite de alerta, por isso a atenção especial em relação às despesas com pessoal e encargos sociais. O Executivo está com 44,28, ou seja, está um pouco acima do limite de alerta, preocupação grande em relação às despesas com pessoal e encargos sociais, o Judiciário um pouco abaixo, o Legislativo também e o Ministério Público também. Então, neste primeiro quadrimestre ficamos um pouco acima do limite de alerta. Por isso a preocupação permanente em relação às despesas com pessoal e encargos sociais. Comparando como estávamos antes e como estamos hoje, no primeiro quadrimestre de 2015, estávamos bem acima do que estamos hoje. O primeiro quadrimestre de 2015 estávamos com 46,43, estamos agora com 44,28. Fechamos 2015 com 43, 43 e alguma coisa. Então, subimos, nesse primeiro quadrimestre de 2016 em relação a dezembro de 2015. Por isso a atenção especial em relação a essa despesa. A despesa com educação, alcançamos quase 33%, o mínimo é de 30, alcançamos 33%. Teria que aplicar R\$ 2 bilhões e 963, aplicamos R\$ 3 bilhões e 256, aproximadamente uns R\$ 300 milhões a mais do que o mínimo estabelecido. E a divisão da aplicação 27,22 ensino básico e ensino superior 5,74. E um crescimento grande. Vocês podem observar o ensino médio, ensino básico, um crescimento de 24% em relação a 2015 e ensino superior um crescimento de 13% em relação a 2015. Então, preocupação constante, porque grande parte disso pessoal e encargos sociais. Saúde: aplicamos quase 10, desculpe, valor mínimo aplicado de R\$ 1 bilhão e 185, aplicamos R\$ 1 bilhão e 85, lembrando bem que temos 12 meses para fazer a aplicação, e o 13.º se paga em dezembro, não em abril. Então, apenas quando chegarmos a dezembro logicamente alcançaremos tranquilamente, ultrapassaremos o mínimo constitucional estabelecido de 12%. Mas, como falei em saúde anteriormente, gastamos nesse primeiro quadrimestre R\$ 364 milhões a mais do que foi gasto no primeiro quadrimestre do ano passado. As nossas despesas com saúde cresceram 50,54% em relação ao mesmo período do ano passado. Com relação à dívida. A nossa dívida hoje, a despesa com pessoal está com 50,96, o limite de garantia é de 22, estamos com 2,35. O limite de operações de crédito, de contratação de operações de crédito é 16, estamos com 0,68. O limite para pagamento de serviço da dívida é 11,50, estamos com 5,40. O limite de endividamento é de duas vezes a receita corrente líquida, estamos com 40% da receita corrente líquida, chegar a 200, estamos com 40. Ou seja, estamos bem abaixo dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que nos dá um espaço enorme para endividamento. A nossa dívida consolidada líquida é de 13,4, poderíamos chegar a 66, ou seja, tem um espaço ainda grande para tomar operações de crédito para investimentos no Estado. O limite é a evolução ao longo dos anos. Vocês podem observar que em 2010 era quase 100%, 91% aproximadamente, fomos reduzindo ao longo dos anos e hoje estamos com 40,14%. Então, estamos com o nível de endividamento muito baixo em comparação às outras Unidades da Federação. E aí são os próximos desafios. Fizemos um esforço muito grande em termos de redução de despesas e de ampliação de receita, que gerou um espaço importante para que pudéssemos pagar o reajuste salarial dos servidores de 10,67 que foi dado em janeiro, e que criasse também um espaço importante para investimentos. Mas ainda temos problemas, porque a grande parte dos investimentos que estão previstos no orçamento estão sendo financiados com recursos extraordinários e não com recursos ordinários. Os R\$ 3 bilhões e 700 milhões são aproximadamente 10% que estão custeados com recursos correntes, o restante estão com recursos extraordinários. Então, é importante que possamos controlar as despesas para que possamos gerar, ao longo dos anos, espaços importantes, superávits correntes importantes para poder ampliar os investimentos com recursos correntes e não com recursos extraordinários, na forma como está hoje consignado no orçamento de 2016. E isso só será possível controlando as despesas e em especial as despesas de custeio administrativo. Então, o que temos de desafio é a redução de despesa de custeio e o endividamento do Estado, ampliar a capacidade de captação de receitas não tributárias, ampliar a capacidade de arrecadação também de receitas tributárias. E aqui não estamos falando de novos tributos ou aumento de alíquota de tributos existentes e, sim, na melhoria da eficiência da administração tributária, cobrando melhor a inadimplência, a sonegação, de tal forma que possamos trazer aos cofres públicos do Estado aquilo que deixou de ser recolhido por sonegação, por inadimplência, e ampliar a capacidade de investimentos do Estado. O Estado, que

tem um orçamento de R\$ 50 bilhões, investir como investiu no passado em torno de R\$ 3 bilhões, é muito pouco. Acho que temos que alavancar bastante esses investimentos. Acho que o Estado, no futuro, deve ter uma dotação orçamentária com recursos ordinários da ordem de R\$ 5 bilhões, para bem investir e bem atender às necessidades da população, abstraindo-se desses R\$ 5 bilhões ainda os recursos provenientes das empresas estatais de investimentos, como a Copel, a Sanepar, que só este ano vão investir algo em torno de R\$ 4 bilhões e 300 milhões. Os investimentos nessas empresas estão indo muito bem. A Copel investiu, nos primeiros três meses do exercício, R\$ 1 bilhão; a Sanepar quase R\$ 200 milhões. Então, é algo que os investimentos estão realmente em um ritmo muito bom. O desafio é fazer com que essas receitas extraordinárias previstas no orçamento possam concretizar-se e dar o lastro necessário para que os investimentos possam concretizar-se na maneira como foi consignado no orçamento do Estado. Bom, eram essas as minhas considerações iniciais e fico à disposição para esclarecimentos adicionais. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): A partir de agora, abriremos para as perguntas ao Secretário. Cada Deputado terá cinco minutos para fazer a pergunta; o Secretário Mauro tem cinco minutos para responder e fazer as suas considerações; a réplica e a tréplica têm três minutos improrrogáveis. Portanto, o primeiro Parlamentar inscrito para questionamento é o Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB): Boa tarde, Secretário. Cá estamos nós novamente. Tenho uma dúvida sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. No slide 42, apresentamos perto da linha de alerta e no slide 26 apresentamos o gasto total de despesa com pessoal e encargos perto de 7 bilhões, 6,9 bilhões, R\$ 7 bilhões, mas na hora de fecharmos esse número, levando em consideração a LRF na prestação de contas, apresentamos no Estado o gasto de 5,7 bilhões. De forma corrida, vimos que essa diferença de um pouco mais de R\$ 1 bilhão vem do fato de que não contabilizamos os gastos com os aposentados e pensionistas desde 2012, 2013, aqui no Paraná, para chegar a esse número de 6,9. Apresentamos 5,7 e assim ficamos no limite. A minha pergunta é: 6,9 ou 5,7 é o nosso gasto total? Por que uma vez que chegamos perto de 7 bilhões estouramos a LRF, quando ficamos com o 5,7 ficamos no 44 perto do limite jurisprudencial, limite adequado. E outra coisa, nobre Secretário, é que estamos com esse discurso de mártir no Paraná, que o Pacto Federativo nos prejudica, que pagamos mais para a União do que recebemos. E esse discurso é muito ruim em uma Nação como o Brasil, em uma República Federativa onde nós, os Estados mais ricos, acabamos por ajudar os Estados mais pobres. Só que esse dinheiro que volta nem todo ele volta em *cash*, em dinheiro, em repasse. Temos 29 cidades com Institutos Federais no Paraná; temos 14 Municípios com UTFPR; temos universidades federais e o orçamento da Universidade Federal do Paraná é o terceiro maior orçamento do Estado. Esse dinheiro volta de um jeito ou de outro. Esse dinheiro volta na saúde, nas UPAs, nos nossos Municípios no interior. Esse dinheiro acaba voltando para cá. Esse discurso não condiz como discurso paranaense. Acho que temos que parar de buscar esse desculpa e querer nos martirizar. A União faz a sua parte, fazemos a nossa e o Brasil segue como um todo. Afinal, somos todos brasileiros ou somos o *sul maravilha*? Gostaria que esse discurso fosse riscado da nossa agenda política, apenas uma sugestão para tratarmos os números do Paraná e diminuirmos o choro. Mas gostaria de entender, de minha parte, essa contabilidade, onde os nossos pensionistas e aposentados não entram no cálculo da LRF aqui no Paraná desde 2012 e 2013.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Primeiramente, queria saudar o nobre Deputado Requião Filho e dizer que os números, o pagamento que é feito dos inativos e pensionistas com recursos do Tesouro do Estado são computados na despesa com pessoal e encargos sociais. Aquela parte que é paga com o Fundo Previdenciário, oriundos das suas reservas matemáticas, isso que não é computado como despesa de pessoal e encargos sociais. Mas todo pagamento de ativos, inativos e pensionistas com recursos do Tesouro, mais as contribuições que são feitas aos Fundos de Previdência, Fundo Militar, Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são considerados como despesas de pessoal e encargos sociais. Então, não há essa retirada do cômputo como despesa de pessoal. Você pode observar no slide 42 que tem aqui uma despesa consolidada de pessoal bruta de R\$ 23 bilhões e é excluído o que é pago com esses recursos que falei anteriormente, com o recurso que é pago com o Fundo de Previdência, que são excluídos no cômputo de pessoal e a despesa de pessoal para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal passa a ser de R\$ 17,3 bilhões por 12 meses. Esse número é um número atualizado. Bom, a outra questão, que é com relação ao que vai e o que volta. Logicamente há uma necessidade de redistribuição de renda no Brasil. Aqueles Estados mais ricos, logicamente contribuem para os Estados mais pobres ou menos afortunados. Ocorre que essa relação, talvez, não esteja mais adequada, porque estamos observando uma redução, por exemplo, nas despesas na área da saúde. Uma redução significativa nas transferências do Governo Federal para investimentos no Estado do Paraná e, ao mesmo tempo, um aporte de recursos adicional que o paranaense está transferindo ao Governo Federal, ou seja, para cada R\$ 100 que você arrecada no Estado do Paraná, que a União arrecada aqui, apenas 35 retorna. Acho que poderia retornar mais do que os 35. Isso é minha opinião. Logicamente não é deixar todos os 40 que são arrecadados aqui, mas acho que poderia voltar mais em termos de parceria com os Estados e Municípios em diversas áreas - na área da saúde, educação, assistência social, segurança pública, transferências que o Governo Federal faz e, em especial, as transferências voluntárias são infimas.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB): Uma segunda pergunta - talvez uma tréplica. Os números apresentados pelo senhor e sua equipe, colocam dentro da LRF, dentro dessa projeção de gastos e não gastos; empenhos e não empenhos, algo muito perto do ideal previsto pelo legislador. A educação tem perto do ideal; a saúde um pouco abaixo, perto do ideal, dizendo que no ano que vem vai compensar; a área de segurança perto do ideal ou dentro desse ideal legislativo que, às vezes, hei de concordar, foge da realidade de cada um dos Estados. Mas, temos, nessa apresentação, o cumprimento rigoroso da Lei e o investimento necessário nessas áreas. Investimento em saúde, investimento em educação, investimento em segurança. Não gosto da palavra *gasto* nesses três itens. Mas, vemos, por outro lado e todos somos testemunhas, a educação sofrendo certo problema de gestão, pois o senhor apresenta que repassa os valores e o nosso Secretário da Educação e a sua equipe não conseguem transformar esses percentuais em algo palpável, em realidade nas escolas. Temos o repasse na área da segurança e não conseguimos ver melhoria na área da segurança, inclusive não conseguimos ver esse dinheiro ser aplicado, trazendo mais segurança, mais viaturas, mais armamento. Ou, quem sabe até, mais coletes balísticos para os nossos policiais. E temos, na área da

saúde, segundo o estudo apresentado, o incremento de 50% em investimentos. E não temos, fora dessa tabela e fora da Sefa, os hospitais, os remédios, os médicos e as obras sendo feitas. Então, acho que cabe a mim, aqui, deixar minha opinião, de parabenizar a equipe da Sefa por conseguir distribuir esse dinheiro desta maneira. E fica a minha indagação, se é que não estamos muito mal assessorados pelos nossos outros Secretários, que não conseguem transformar a apresentação feita - que é uma prestação de contas de números que já foram realizados, na realidade que nós, Parlamentares, gostaríamos. Era isso, Sr. Secretário, deixo o espaço para sua tréplica, se quiser, pois é a minha opinião pessoal e não há a obrigação de responder. Cedo espaço para os demais Deputados.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bom, como já tive oportunidade de trabalhar em diversas Unidades da Federação, posso comparar um pouco o que acontece aqui com o que acontece em São Paulo, o que acontece na Bahia, o que acontece no Distrito Federal e que é noticiado constantemente pelos diversos meios de comunicação, onde os hospitais estão lotados, não tem medicamento para as pessoas serem atendidas, não tem maca, não tem sequer ambulância para buscar as pessoas. Não é o que ocorre aqui no Estado do Paraná. Acho que o Estado do Paraná, hoje, é muito bem administrado na saúde não deixando, de forma alguma, que as pessoas não sejam atendidas quando há necessidade do seu atendimento no Serviço Único de Saúde. E tem procurado, inclusive, cobrir a deficiência que o Governo Federal tem, na transferência de recursos, para a manutenção do Sistema de Saúde. Uma coisa bem interessante, que também tive a oportunidade de trabalhar na Fundação Nacional de Saúde, por quatro anos no Ministério da Saúde, e hoje observo uma redução do custeio, das transferências para o custeio ou para manutenção dos serviços existentes. Apesar de haver uma Emenda Constitucional em que os recursos da saúde crescem a cada ano, esse adicional está sendo colocado em novos programas e esquecendo a manutenção dos serviços existentes. Por isso que estamos vendo, ali, com 12% de redução nas transferências do SUS, para o Serviço Único de Saúde. Está sendo suprido com quê? Com recursos do Estado, está aportando recursos adicionais, para suprir uma deficiência, que hoje o Governo Federal tem nas transferências, para não deixar que ocorra no Estado do Paraná o que está ocorrendo em todas as Unidades da Federação. Isso vale para as diversas áreas, para a agricultura, para a educação. Vocês estão vendo que os investimentos estão sendo alocados na área de educação, tanto no ensino básico, quanto no ensino universitário. São recursos significativos, se pegarmos a média salarial dos funcionários do Estado, de uma maneira geral, e comparamos com o que ocorre em diversas outras Unidades da Federação, estamos muito acima desta média salarial, que nos permite que possamos captar bons funcionários públicos, para prestar serviços de qualidade, como são prestados pelo Estado do Paraná. Logicamente as pessoas sempre querem mais, o que é natural. Você vai atendendo as necessidades básicas da pirâmide e as pessoas vão querendo cada vez mais. Isso é natural. Temos que observar quais são as outras necessidades da população e não apenas as necessidades do funcionalismo, para poder prestar um bom serviço ao cidadão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Som para o Secretário, por favor.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Lembrar também que é uma coisa que recentemente o Governador decidiu, que é um aporte de R\$ 400 mil/mês, para o Hospital das Clínicas, que é Unidade Federal, que o próprio Governo Federal não tem condição sequer de manter uma unidade hospitalar no Estado do Paraná e precisa do apoio do Estado. Então, acho que estamos muito bem servidos de Secretários Estaduais, o que tem propiciado gerarmos todos esses resultados. Esses resultados não são resultados específicos da Secretaria da Fazenda, estou falando dos resultados de um Governo, como um todo. Um Governo se faz pelos Secretários, pelo Governador e, especialmente, pelos funcionários que lá trabalham.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Segundo orador ou segundo Deputado inscrito. Por favor, quero solicitar às galerias, comportem-se, porque aqui é uma Audiência Pública. Não vou permitir piadinha de mau gosto no Plenário ou nas galerias. É a recomendação, senão peço à segurança que retire quem estiver perturbando. Próximo orador, Deputado Nereu Moura.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Sr. Secretário, preocupa sobremaneira o discurso de V. Ex. a dizendo, em várias oportunidades na sua apresentação, que pretende aumentar a arrecadação do Estado, porque o ajuste fiscal que V. Ex. a referiu-se, nada mais é do que um *pacotão* de aumento de IPVA, de ICMS e de outros impostos e como ficou bem provado nos números, que foi extraordinariamente graúdo, saindo do lombo do povo do Paraná. Então, preocupa-me, ao invés de preocupar-se em cortar despesas, V. Ex. a falou que precisa aumentar a arrecadação, para fazer frente às demandas do Estado, mas também gostaria de fazer outra observação. V. Ex. a falou que precisa vender, alienar bens, quais são os bens que o Estado pretende vender, alienar? Também com relação à saúde, vi na apresentação, que o Estado gastou 10,38 na saúde, portanto, quase 1,5 abaixo do que deveria ter gasto, é claro que poderá ser compensado isso no decorrer do tempo. Porém, o programa, por exemplo, *Mãe Paranaense*, que é uma vitrine do atual Governo, com apenas 5,5 da sua execução, muito aquém. O Governo faz propaganda na televisão sobre este programa, também sobre o *Leite das Crianças*, um programa que até agora gastou 15,7 do valor da sua dotação orçamentária, que deveria ser no mínimo 33%, ou seja, a metade do que deveria ter gasto, apenas 15%. O *Leite das Crianças*, V. Ex. a poderia dizer: "Ah, mas vamos incrementar no restante do ano", só que não pode, as crianças precisam do leite durante os 12 meses do ano. E além dessas perguntas, Sr. Secretário, também gostaria de fazer mais uma: V. Ex. a, falou aqui no início do ano. O Governador Beto Richa falou no final do ano, V. Ex. a, falou aqui no mês de janeiro, quando veio fazer apresentação legal sobre que o Paraná iria investir 3,7 bilhões de reais, conforme orçamento de 2016. Até agora - estou falando nos números consolidados - foram R\$ 405 milhões. Ou seja, R\$ 100 milhões por mês. Se para poder completar a meta orçamentária, o Governo terá que gastar R\$ 413 milhões por mês, até o final do ano, ou seja, muito mais por mês do que foi aplicado até agora nos quatro primeiros meses do exercício presente. V. Ex. a acha que vai ser possível ou era só um número para agradar a população do Paraná, agradar a base aliada na Casa, quando foi apresentado o orçamento que o Estado iria investir R\$ 3,7 bilhões? Então, é evidente que espero essa resposta. O IPVA praticamente já foi torrado, porque ele foi recolhido antes do que foi no ano passado. Teremos agora meses de dificuldades de arrecadação, com exceção de maio, que tem o Imposto de Renda, mas junho, julho, agosto, setembro, são meses de declínio na receita. E assim mesmo V. Ex. a, acha que será possível atingir a meta de R\$ 3,7 bilhões de investimentos?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bom, primeiramente,

queria saudar o Deputado Nereu Moura e dizer que o ajuste fiscal foi feito muito pelo controle da despesa. Vocês podem pegar o que ocorreu em 2015, tivemos uma redução de despesas em termos reais, a preços de dezembro de 2015, de R\$ 2 bilhões e 300 milhões em relação a 2014, enquanto tivemos um acréscimo de receita em termos reais de R\$ 1 bilhão. Ou seja, o ajuste fiscal se fez mais pela redução de despesas do que pela ampliação de receita. Esses são os números de 2015. Em 2016, temos logicamente um desafio grande, que são investimentos que foram colocados no orçamento, aprovados por esta Casa, de R\$ 8 bilhões, sendo que desses R\$ 8 bilhões R\$ 3,7 bilhões de recursos do Tesouro. O desafio é grande, não tenho dúvidas em relação a isso. Investimos, empenhamos até abril, R\$ 405 milhões, mas em maio, já colocamos 50% a mais. Ou seja, ultrapassamos os R\$ 600 milhões. Ou seja, até o dia 30, ou até ontem, já empenhamos R\$ 600 milhões, quer dizer, o ritmo de crescimento dos investimentos é grande em diversas áreas, em especial na área de rodovias. Desse R\$ 600 milhões temos algo em torno de R\$ 250 milhões aplicados em rodovias. É possível chegar aos R\$ 3 bilhões e 700? Trabalhamos para isto e trabalhamos de duas formas: a primeira, concretizando as receitas que estão previstas no orçamento, em especial as receitas extraordinárias. Estamos trabalhando para isso. E o segundo ponto, flexibilizando o orçamento e dando as diversas possibilidades e instrumentos para que as Secretarias possam alcançar esses investimentos. No que se refere a uma das receitas que estão lastreando esses investimentos, é a alienação de ativos. Quais ativos serão esses? Tivemos um Projeto aprovado recentemente por esta Casa, que autorizou o Executivo a alienação dos 54 imóveis. Estão lá previstos. Já temos autorização desta Casa e estamos caminhando na alienação do Bادهp, que está há mais de 25 anos para ser liquidado, estamos ultimando os preparativos para a alienação do Bادهp, temos também aprovado, por esta Casa, um Projeto de Lei que nos autoriza fazer a alienação de recebíveis. É a primeira alienação de recebíveis que estamos estruturando é a alienação relativa aos recebíveis do *Paraná Competitivo*. Então, já contratamos, fizemos a licitação, contratamos instituição financeira, de maneira que possamos estruturar esta operação. Já está contratado, já está ultimando a estruturação desta operação que pode nos levar algo em torno de 700 a R\$ 1 bilhão de recebíveis que podemos estar com antecipação desse recebível, antecipando os investimentos que estão previstos no exercício. Então tem um desafio, concordo, mas esse desafio vale a pena todo o esforço para que possamos alcançar, no que se refere à receita e a despesa. É um esforço que vale a pena, porque é um esforço em benefício da população do Estado do Paraná. No que se refere ao *Mãe Paranaense* e ao *Leite das Crianças*, não tenho o detalhe em relação a isso. Mas vou procurar ter as informações necessárias e comprometo-me a repassar para os senhores as informações relativas a esses dois programas e informar o porquê eventualmente teve uma baixa execução em relação ao que estava previsto. Não sei se o *Leite das Crianças* de fato fornece leite no período em que as crianças estão de férias escolares. Se não fornece, logicamente, esse deve ser o motivo desses primeiros quatro meses do ano, de ter uma baixa execução que logicamente se compensará nos meses seguintes. Mas não conheço profundamente esses dois programas, precisaria conhecer para lhe dar as informações necessárias. Comprometo-me a fazer isso.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Permita-me só, Presidente, até quebrando protocolo, mas fui gestor do programa no Estado durante quatro anos. O programa não é interrompido pelo processo, pelo período de férias, mas atende 100% da demanda. Então, não há nenhuma interrupção no fornecimento do *Programa do Leite* e, ao mesmo tempo não há nenhum problema, não temos nenhuma descontinuidade. Então, é o que está sendo demandado, é o que está sendo adquirido pelo Estado.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Então, os números estão aqui, os números oficiais do Estado estão em minhas mãos, é sinal que o programa não está sendo executado. Apenas 5% do programa foi executado até agora do *Leite das Crianças*. Mas agradeço, Secretário, as suas informações. E, também, na mesma linha de raciocínio do Deputado Requião Filho, o discurso da perseguição do Governo Federal acabou. O primeiro Governador que o atual Presidente recebeu foi o Governador do Paraná, espero que a partir de agora esse discurso que o Paraná está sendo perseguido, não paire mais nos discursos que escutam todos os dias por aí.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Eu também, Deputado. Por isso, inclusive, estou indo à Brasília amanhã e vou sentir se as ações de fato correspondem ao discurso. Torço para que esse discurso não exista mais e que o Paraná receba o que merece.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Próximo Deputado inscrito, Deputado Claudio Palozi.

DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC): Sr. Secretário, tive oportunidade de ser gestor municipal por quatro gestões e sempre fazia enquetes para levantar a satisfação, insatisfação e, também, os anseios da população e sempre obtivemos respostas relacionadas com a preocupação de saúde e, também, empregos e educação. São nos Municípios menores além de infraestrutura são essas principais preocupações. Eu, já na última apresentação que o senhor fez na Assembleia, abordei essa questão e aplicação de recursos na saúde. Como a lei estabelece que o Estado deve aplicar 12% da receita própria e os Municípios 15% da sua receita própria, infelizmente a União não tem uma obrigação de aplicar o mínimo da sua receita própria em saúde, esse sistema é meio estragulado, vamos dizer assim, em nível de Brasil. Mas a saúde continua sendo prioridade embora, às vezes, os gestores não têm dado a atenção que a população tem reclamado. Mas, queria lembrar essa apresentação que o senhor fez aqui na página 44, sobre aplicação em educação, definiu que até agora o Estado aplicou 33% quase da sua receita própria em educação, quando o mínimo necessário é 30%. E mesmo assim o resultado, como temos acompanhado, não é satisfatório. Também imagino que se for aplicar o Estado 15% da sua receita própria quando o mínimo é 12, também imagino que se a gestão não for bem feita não vai ser satisfatória. Aliás, os Municípios gastam 18, 20, 25% da sua receita própria em saúde e a população continua, às vezes, reclamando. Bem, mais de qualquer maneira, Secretário, o que gostaria mais de dizer: a Saúde, a gestão da saúde no Paraná, é satisfatória? Entendo que ela é. Vemos os números e vemos os resultados que têm acontecido pela gestão da saúde pública em nosso Estado. Mas é o mínimo que está sendo aplicado agora. O Estado pode aplicar mais de 12%. Por quê? Até agora, como vimos na página 10, se não me engano, página 45, foi gasto apenas 10,98% da receita própria em saúde neste primeiro quadrimestre, levando em consideração que a receita foi bem maior agora nesse primeiro quadrimestre de 2016 em comparação ao primeiro quadrimestre de 2015, principalmente em relação ao IPVA que o senhor mesmo mencionou e estamos vendo os números do IPVA, também na página 10. Bem, a dúvida é a seguinte: o Governo do Estado e o senhor, como Secretário da Fazenda,

têm colocado a saúde como prioridade? Há possibilidade de aplicar mais de 12% da sua receita própria em saúde, como se aplica mais de 30 do mínimo necessário, em educação? Ou a saúde não está ainda merecendo aquela atenção que o povo do Paraná sonha, precisa e merece? Então, essa é a minha preocupação. Se o senhor puder colocar a saúde como prioridade, tenho certeza que esse Governo vai ficar marcado e a população não vai esquecer pelo que eles esperam de ser atendimento na prioridade que eles manifestam, saúde, mais saúde.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bom, o Estado tem aplicado recursos significativos na saúde. No ano passado foi algo em torno de R\$ 4 bilhões e 400 milhões de recursos do Estado aplicados na saúde. E nos primeiros quatro meses do exercício, aquele R\$ 1 bilhão 85 milhões e apenas de receita de impostos, se for contar todos os recursos que o Estado aplica, nós temos algo em torno de quase R\$ 1 bilhão e meio que foi aplicado nos primeiros quatro meses do exercício. A nossa expectativa desse ano é que apliquemos algo próximo a R\$ 5 bilhões na saúde. Ano passado R\$ 4 bilhões e 400, esse ano algo em torno de R\$ 5 bilhões, até o final do exercício, e nesse momento em especial, nesse momento em que passa o País, onde temos uma crise econômica muito forte, com impacto no nível de desemprego. Temos em torno de 12 milhões de pessoas desempregadas no País e que gera, logicamente, uma maior demanda por serviços públicos, porque as pessoas abandonam seus planos de saúde, suas escolas privadas e vão buscar os serviços públicos na área de saúde, na área de educação, na área de assistência social. E porque não dizer também em problemas na área de segurança pública, que levanta cada vez mais necessidade de investimentos nesta área. Então, a crise leva a que o Estado seja maior demandado por serviços públicos. É isso que temos priorizado, em especial na área da saúde, na área da educação, na área da segurança pública e assistência social nesse momento por que passa o País. Então, são investimentos grandes. Lembrando bem, que estamos com a saúde com 11% em relação à receita corrente líquida, mas não podemos esquecer que isso significa 50% a mais do que foi aplicado nos quatro primeiros meses do ano passado. E, também não podemos esquecer que está na base desta receita o IPVA, que não estava na base da receita de 2014. Se expurgarmos o IPVA, provavelmente teremos, nestes primeiros quatro meses do exercício, mais de 12% aplicados, se expurgarmos o IPVA da base, que não existia em 2015. Então, acho que a prioridade está dada e está demonstrada nos números e nos sentimentos das pessoas em relação ao serviço prestado pelo Estado. E volto a dizer: "olha o que está acontecendo em volta, nas diversas Unidades da Federação". Todo dia se acompanha, no *Jornal Nacional* e nos diversos outros jornais do Brasil, a situação que está ocorrendo, em termos de catástrofes, em algumas Unidades da Federação, em especial nos serviços públicos de saúde. O que não ocorre aqui. Não ocorre por quê? Porque tem recursos, porque tem boa gestão.

DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC): Ainda, Sr. Secretário, não consegui assimilar a questão do percentual. Não dos números, porque realmente foi aplicado mais, em comparação aos anos anteriores, porque a arrecadação foi maior. Mas, mesmo assim, não passou dos 12%. Aliás, tenho, nos noticiários de jornal, manifestações do Ministério Público, do Tribunal de Contas, que nos anos de 2012, 2013, passou para 2014 um residual que deveria ser aplicado em saúde, restos a pagar, não sei se estava empenhado, com certeza, e não foi compensada esta diferença. Então, a dúvida é: será que ficar desta maneira, aplicando menos os 12%, chegar ao final do ano, a arrecadação aumentar, aí não tem como fazer uma despesa muito grande em saúde, porque o espaço de tempo no exercício não é possível? E, por isso, volto a pedir: em nome dos Municípios do Estado do Paraná, que gastam mais de 15, 18, 20% da sua receita própria em saúde, que o Estado também possa gastar um pouco mais do que o mínimo que a lei estabelece, que são os 12%. Também gostaria de lembrar ao senhor, aliás, perguntar ao senhor, se é feito contabilmente alguma despesa empenhada em um exercício e depois é cancelado este empenho na área de saúde ou qualquer outra área? Outra situação: percebemos que muitas indústrias no Estado do Paraná estão com dificuldades de continuar suas atividades em relação à alta carga tributária. Vejo na região de Umuarama, onde tenho mais convivência, muitas indústrias que estão em dificuldades. Algumas delas, muitas delas, demitindo. E algumas nem têm mais como fazer, têm que fechar as portas mesmo, porque não demitiu no tempo certo, ficou segurando, aguardando a retomada do crescimento e agora nossa região de Umuarama tem um déficit de empregos muito grande, em comparação aos últimos dez anos. E aí, a pergunta: o que o senhor, como Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, que saneou a economia do Estado em relação às medidas que foram tomadas e aprovadas nesta Casa e o Governo está executando, o que, agora, o País, o Estado do Paraná, que é um Estado pujante, progressivo, produtivo, que o senhor está planejando, nesta retomada que estamos na expectativa de crescimento, para os paranaenses? Será que, o senhor falou, agora, em desempregos, será que é possível o Governo do Estado, com o Governo Federal em parceria, de repente até um programa ou em parceria com os Governos Municipais, estabelecer uma meta de geração de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Deputado, por favor, conclua a pergunta.

DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC): Então, concluindo, se o senhor pode dar uma luz de esperança, porque isto é muito importante para nós, que somos detentores de mandatos eletivos, repassar e ouvir do senhor uma perspectiva boa, de sucesso, em termos de crescimento para este ano, sei que é difícil, mas para os próximos anos.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Com relação à questão da saúde, volto a dizer, logicamente nós tivemos a aplicação de 11%. Se expurgarmos a mudança de calendário do IPVA, que no ano passado foi de abril até junho e este ano é de janeiro até março, foi de janeiro a março o recolhimento, certamente chegaríamos próximo aos 12% de aplicação dos recursos. Então, é prioridade e está sendo aplicado adequadamente no atendimento da nossa população. No que se refere à atividade econômica e à crise, logicamente vai depender muito de medidas adotadas pelo Governo Federal. Quer dizer, o Paraná não é uma ilha, o Paraná compra e vende de diversas outras Unidades da Federação e relaciona-se com o mundo. Então, quer dizer, as medidas que precisam ser adotadas para poder resgatar a economia brasileira e também a do Estado do Paraná dependem muito de ações que devem ser implantadas pelo Governo Federal. Ainda não temos essas ações definidas ou pelo menos divulgadas na forma como deveriam, pelo Governo Federal, para que possamos, a partir daí, fazer uma avaliação do seu impacto em relação à economia do Estado do Paraná. Mas, aqui é um pouco também diferente em relação à economia de outras unidades da Federação, aqui é muito concentrada a economia no setor agropecuário, o que logicamente com a desvalorização do real gera oportunidades importantes em termos de ampliação de exportação e de certa forma sustentabilidade da economia do Estado, porque apesar de não gerar

um ICMS direto, essa atividade gera indiretamente impostos importantes para o Estado. E se observarmos qual é a expectativa de queda, por exemplo, do PIB este ano no País, algo em torno de 3,83%, aqui no Estado do Paraná a expectativa é de uma queda de 2%, exatamente por não termos uma atividade preponderantemente industrial, como ocorre, por exemplo, no Estado de São Paulo e, eventualmente, em outras Unidades da Federação. Mas, as medidas dependem muito do que o Governo Federal adotará e que terá impactos importantes. Estamos procurando minimizar os efeitos da crise no Estado, aplicando recursos na área da educação, na área da saúde e tendo uma tributação semelhante à que ocorre em outra Unidade da Federação, não temos uma tributação diferenciada em relação às outras Unidades da Federação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Som para o Secretário, por favor.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Não cobramos mais do que as outras unidades da Federação cobram de tributo, a nossa tributação é semelhante, para dar condições de competitividade às empresas daqui, da mesma forma que empresas quando produzem em outras Unidades da Federação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Próximo Parlamentar inscrito, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Boa tarde, Secretário Mauro. Primeiramente, saudá-lo pela apresentação. Em um momento da apresentação o senhor referiu-se ao ICMS mostrando que o nosso desempenho de arrecadação do ICMS é praticamente... Acho que o primeiro - não me lembro bem do *slide* na hora - mas que lideramos em relação às outras Unidades da Federação. Tenho um relatório da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista, em que o nosso Estado tem um desempenho... Está em 14.ª nessa receita nominal de vendas do comércio varejista se compararmos o primeiro trimestre deste ano com o primeiro trimestre do ano passado. A pergunta que fazemos é se, em algum momento o senhor cogita rever alíquotas de ICMS pensando em reaquecer a nossa economia, pensando em aumentar a arrecadação também, porque isso poderia, em uma análise de uma curva de equilíbrio, ter um impacto também positivo. Se o senhor cogita isso, é uma pergunta que tenho a fazer. Dentro dessa lógica ainda, tivemos aqui na última visita sua a esta Casa uma pergunta em relação ao ICMS dos voos, do combustível de avião. Depois disso, vimos, por exemplo, que Rio Grande do Sul e Santa Catarina começaram a praticar alíquotas diferenciadas para voos regionais. Então, não sei também se isso o Secretário cogita tomar uma medida parecida, já que tivemos, obviamente não só pelo aumento de alíquota de ICMS, mas tivemos um comprometimento desses voos regionais no Paraná. Sabemos que a crise é nacional em relação à aviação, mas esse problema está posto aqui em nosso Estado também de maneira significativa. Sou da região de Maringá, por exemplo, estive no aeroporto e recebi um relato de um fornecedor de combustível que uma aeronave da Gol, em semana, havia abastecido 13 litros para entrar no limite de segurança. Quer dizer, as vendas de combustível em Maringá, combustível de aviação, caíram mais de 55%. Isso me parece que impacta sobremaneira em nossa arrecadação no Estado. Então, essa é a primeira parte da minha fala, da minha pergunta. Depois aguardo a sua resposta. No entanto, ainda no tempo que me resta, gostaria de pontuar uma questão também que levantei na última vinda do Secretário a esta Casa em relação às Universidades Estaduais do Paraná. Foi mostrado que tivemos um aumento das despesas com as universidades em torno de 5%, mas o fato é que passamos por uma situação muito difícil nas universidades. Recentemente, em abril, estava posta a Resolução 196, que o Secretário Mauro havia editado, que estabelecia que o percentual de 80% do superávit financeiro apurado nos balanços das unidades da administração indireta, dos fundos e também das instituições de ensino superior deveriam ser recolhidos para o Tesouro do Estado. Essa Resolução causou um grande desespero nas universidades, porque, por exemplo, até os recursos da Fonte 250, que é uma fonte de recursos próprios que as universidades arrecadam, oriundos do vestibular, da Fazenda Escola que a universidade tem, o recurso, por exemplo, de cobrança de mensalidades em pós-graduação, até esse recurso, segundo essa Resolução, iria passar para o Tesouro do Estado. Então, isso causou, de fato, um grande impacto, porque tem planejamento do próximo vestibular, tem ações que estão diretamente relacionadas a essa fonte 250. E depois, em uma reunião, soubemos, tomamos conhecimento até que o Romanelli talvez intermediou essa reunião, que os efeitos dessa Resolução foram suspensos em relação às universidades, e ficamos satisfeitos com isso, Secretário. No entanto, ainda continuou uma imposição de que os recursos da fonte 250 devem sanar a conta da Copel, a conta da Sanepar, despesa com Pasep. Então, ficamos preocupados, porque a vida da universidade já está comprometida em relação à recursos de custeio, que já faltam, e que sabemos, é só visitar uma universidade para confirmar isso. No entanto, mesmo os recursos da fonte 250 que são próprios da universidade veem tendo algumas dificuldades para serem utilizados em atividades elementares da vida acadêmica. Então, queria que o senhor pudesse explicar um pouco sobre isso também, prestar os esclarecimentos. Fica essa observação, que passamos realmente por uma situação muito difícil... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Que são as universidades e os hospitais universitários. Porque os efeitos dessa Resolução 196, trariam também um prejuízo ao funcionamento dos hospitais, já que ali também estão depositados recursos do SUS que são transferidos para os HUs. Então, esse é um fato recente que causou uma série de constrangimentos e problemas em relação às universidades.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Primeiramente quero saudar o Deputado Evandro Araújo. Dizer que a todo momento recebo pleitos desta natureza, ou seja, vamos reduzir a carga tributária e ao mesmo tempo quero aumentar as despesas do Estado. Uma coisa é incompatível com a outra. Uma hora eu recebo pleitos de Parlamentares e de empresários para dar um benefício fiscal, para reduzir a carga tributária do setor A, B ou C, ou mesmo no setor todo de varejo, o que impactaria significativamente na arrecadação. Mas ao mesmo tempo tenho demandas: "Olha, eu preciso aumentar o aporte de recursos para a universidade, para a saúde, para a educação, para a assistência social". Uma coisa é incompatível com a outra. Então, acho que precisamos buscar o equilíbrio, principalmente neste momento de crise, quando existem demandas importantes em diversas áreas. Conforme falei anteriormente para os senhores, não é possível abdicar de receitas importantes, e com menos recursos de ICMS são menos recursos para a saúde, menos recursos para a educação, inclusive para as universidades, para a assistência social, para a segurança pública. Então, precisamos encontrar um equilíbrio, que é o que estamos procurando fazer aqui no

âmbito do Estado, ter uma tributação semelhante à tributação que ocorre em outras Unidades da Federação. Qual é a tributação do varejo nas outras Unidades da Federação? É 18%. Aqui também é 18%. Vamos tributar mais do que é tributado aqui. Então, é algo que temos que tomar muito cuidado para que não criemos um desequilíbrio, e dessa forma leve a uma situação que não permita que possamos cumprir com as nossas obrigações estabelecidas na legislação e na Constituição Estadual. No que se refere à questão do ICMS sobre querosene de aviação, acho que é um dado que passo para vocês de uma forma bem franca. Fizemos uma avaliação da quantidade de voos existentes em dezembro de 2014, quando havia uma alíquota de 7% do querosene, e a quantidade de voos por cidade no Estado do Paraná que existia em dezembro de 2015, ou seja, já com uma alíquota de 18%, não mais de 7%. A quantidade de voos aumentou, ou seja, não foi o aumento na alíquota de ICMS que levou a uma redução na quantidade de voos existentes nas diversas cidades aqui no Paraná. Dezembro de 2014 contra dezembro de 2015 ampliou a quantidade de voos, a exceção do Município de Curitiba, onde houve uma pequena redução, acho que 1.2 ou 1.3% em relação a dezembro de 2014. O que ocorreu aqui no Paraná e em todas as Unidades da Federação, inclusive em São Paulo, foi a crise econômica, que diminuiu significativamente a demanda por voos e as empresas tiveram que ajustar as suas rotas às demandas existentes. Aconteceu aqui e em diversas Unidades da Federação. Diminuir o imposto, hoje, incidente sobre querosene de aviação, significa menos receita para o Estado, e menos receita para o Estado significa menos dinheiro para a educação, para a saúde, para a assistência social e para diversas outras demandas que existem. Então, não há possibilidade de fazer isso. O que propusemos para as empresas foi uma redução de um ponto percentual para atendimento na cidade de Ponta Grossa, que já está pronto, inclusive, o aeroporto, e a partir daí uma redução de dois pontos e meio para cada nova cidade atendida. Foi uma maneira que encontramos aqui de fazer um estímulo à aviação regional, sem, logicamente, haver prejuízo significativo em relação ao ICMS arrecadado. Mas essa questão da aviação regional passa necessariamente pela regulamentação de uma Lei Federal, que foi editada em 2014, que ainda não foi regulamentada, que estabelece a compra de assentos para voos regionais. Então, existe... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Som para o Secretário.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: O Governo Federal tem um Fundo que tem algo em torno de R\$ 2.3 bilhões, oriundos da privatização dos aeroportos, e existe uma Lei Federal estabelecendo que o Governo Federal pode comprar até 60% de assentos para aviação regional; falta ainda a regulamentação. No âmbito do Confaz, já estamos em discussões com o Governo Federal na regulamentação dessa Lei. Ai sim vai resolver a questão da aviação regional não só aqui no Paraná, mas em todas as outras Unidades da Federação. Se fosse tão fácil aumentar a frequência apenas com a redução do QAV, mas isso, de fato, não será possível fazer, sobre perda de arrecadação, e além do mais não vai resolver o problema, porque não vão restabelecer os voos, porque não tem demanda para os voos que existiam em 31 de dezembro de 2015. Em relação aos recursos na área de educação temos ampliado significativamente os recursos na área de educação, em especial das universidades. No ano passado houve um crescimento de mais de 24% em relação ao que ocorria em 2014. Nesse primeiro quadrimestre já tem uma ampliação de despesa de 13% em relação ao que ocorreu no primeiro quadrimestre de 2013. Então, os recursos estão sendo aportados. Ocorre que as demandas são infinitas, diversas áreas. Você atende isso, "quero mais aquilo", "quero mais o outro", e o recurso é finito. Para você tirar, alocar mais do que hoje o Estado pode alocar nas universidades, precisa retirar de outras áreas do Governo. Não é possível fazer isso, até porque essas áreas já estão muito bem aquinhoadas, se comparadas com outras áreas de responsabilidade do Estado. Então, os recursos são extremamente suficientes para poder fazer o que deve ser feito. No que se refere ao superávit financeiro, logicamente tem que ser primeiro para atender a demanda de custeio administrativo. Se cresceu a demanda de custeio administrativo, vamos atender com as receitas próprias, por quê? Porque os recursos do Tesouro estão sendo aplicados por definição das universidades e ampliação do pagamento na folha de pessoal e encargos sociais. É uma opção. Você quer pegar todo recurso e aplicar em pessoal? Vai faltar, eventualmente, para outros custeios administrativos, vai ter que cobrir outros custeios administrativos com recursos próprios. Essa é a regra estabelecida, sob pena de você inviabilizar outras áreas da administração pública.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC): Quando eu falo, Secretário, em reduzir ICMS, obviamente é pensando numa equação de tentar reaquecer a nossa economia paranaense e arrecadar mais. Acho que tem determinado setores, determinadas áreas que, reduzindo o ICMS, isso vai impactar positivamente, reduzindo o tributo vai impactar positivamente na arrecadação; é a nossa avaliação. Temos atendido setores diferentes, como o senhor, atendendo todos os dias na Secretaria da Fazenda, e os números são mostrados de modo que passamos a pensar o quê? Se há uma redução, a roda gira com mais velocidade, com mais virtuosidade e se arrecada mais. Esse exemplo que dei do combustível lá de Maringá, que caiu a comercialização do combustível mais de 55 ponto alguma coisa por cento, é emblemático, por quê? Obviamente, se caiu nesse percentual, falamos no que diz respeito a combustível em Maringá, de aviação, estamos arrecadando menos. Então, essa cogitação, se já é possível ou não - até o senhor não me respondeu isso, se já é possível ou não reduzir ICMS em alguns itens - esse estudo talvez seja importante ser feito, para saber, se reduzirmos o ICMS em alguns itens, se a nossa arrecadação não tende a melhorar. É essa a preocupação. Quanto às universidades, fica aqui o pedido para o Secretário para reconsiderar, especialmente essa questão da Fonte 250, Secretário, que já é por demais comprometida com planejamento das atividades da vida acadêmica e que se refere ao vestibular, que se refere às bancas de mestrado, doutorado, de custos que temos dentro da vida acadêmica, que já são custeados por essa fonte, e que essa decisão de pagar conta de água, luz e saldar Pasep, e também tem as Requisições de Pequeno Valor, que agora as universidades vão ter que arcar com as Requisições de Pequeno Valor. Então, assim, se isso de fato continuar, tendemos, embora o argumento seja de que as despesas tenham aumentado nessa área, estamos inviabilizando a vida, o conceito, aquilo que é próprio da vida acadêmica de uma universidade. De fato, essas decisões repercutem muito fortemente lá na base, e especialmente em relação à Fonte 250 fica esse pedido, que é um clamor da comunidade acadêmica, também, para o senhor.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bem, ainda não encontrei - tenho muito tempo de administração pública e muitos anos como Secretário da Fazenda de Estado e Município - e ainda não encontrei nenhum setor, não tive ainda nenhuma experiência de redução significativa de carga tributária com

aumento de arrecadação. Você pode, eventualmente, aumentar até a atividade econômica, mas não com aumento de arrecadação. Posso lhe dar o exemplo em relação ao QAV, houve ampliação da arrecadação de maneira significativa, em torno de 140% de ampliação da arrecadação do QAV. Houve, de fato, redução do consumo, porém, o aumento de arrecadação de ICMS que tem propiciado fazer o que estamos fazendo aqui no âmbito do Estado. Com relação ao ensino, acho que os números mostram por si. Acho que estamos investindo valores extremamente significativos, não só no ensino médio, mas também no ensino superior e no ensino fundamental. Estamos aplicando aquilo que é possível aplicar, logicamente sem comprometer diversas outras áreas do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Próximo orador, Deputado Marcio Pauliki.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Boa tarde, Sr. Secretário, boa tarde a toda equipe da Secretaria de Finanças. Secretário, quero me somar à preocupação do Deputado Palozi em relação à geração de empregos, e também ao Deputado Evandro Araújo, na preocupação sobre, talvez, as alíquotas de ICMS. Como Presidente da Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, tenho trabalhado, há mais ou menos um ano, em um Programa chamado *Pacto pelo Emprego*, e nesse *Pacto pelo Emprego* temos colocado alguns questionamentos junto ao Estado em relação à ST. Talvez a redução das alíquotas de ICMS não seja possível, como o senhor comentou, mas talvez a MVA, em algum momento poderíamos refletir um pouco melhor, porque, com a crise, os produtos estão ficando mais tempo no estoque, e a partir do momento que os produtos ficam mais tempo no estoque, a hora que você *desova* essa mercadoria, você está colocando-a numa condição de menor preço, você acaba liquidando o produto, e a MVA, geralmente você paga a Substituição Tributária antes do fato gerador, e você vende o produto como se fosse novo. A partir do momento que esses produtos ficam mais tempo parados na gôndola, na prateleira, você acaba vendendo por um preço menor. Então, hoje, o comércio varejista está, efetivamente, na prática, pagando um ICMS maior do que uma alíquota normal, justamente porque estamos liquidando produtos para vender e ainda conseguir ficar num patamar de 15 a 20% a menos do que era no ano passado. Até tememos que essa recuperação do varejo vá demorar talvez mais quatro, cinco anos, porque temos um PIB de menos três, consecutivo, menos quatro, e para você voltar a recuperar oito ou 9% vamos demorar bastante. Queria fazer esse questionamento, essa pergunta, estamos dando uma sugestão. Hoje, as empresas estão com essa dificuldade de pagar os impostos em dia e pagar folha de pagamento em dia, justamente porque além da carga tributária e com essa crise econômica, hoje pagamos os funcionários, por exemplo, os impostos, não com a nossa rentabilidade, mas sim com o fluxo de caixa. Queria saber do senhor se existe uma possibilidade de unirmos aqui, digamos, essas duas ideias, do Deputado Palozi e Evandro Araújo, sobre a alíquota de ICMS, Substituição Tributária, MVA, geração de empregos, e dar a possibilidade de uma linha para os empresários, sejam pequenos, médios e grandes empresários do Paraná, de que, por exemplo, se ele conseguisse provar que ele consegue gerar mais empregos daqui para frente, ou pelo menos manter os empregos, ele teria, por exemplo, um parcelamento da ST. Não haveria perda de receita do Estado, talvez tivesse um prazo maior do fluxo de caixa, que deveria colocar aqui nas contas do Estado, mas pelo menos daria a possibilidade de o comércio conseguir um refresco. Claro que a ST, hoje, o comércio paga para a indústria, mas a partir do momento que a indústria tiver uma possibilidade de pagar uma ST em duas, três, quatro vezes, desde que demonstre que está gerando empregos e tal, o comércio vai acabar, também, usufruindo disso, porque vai pedir mais prazo para o fornecedor. Queria perguntar ao senhor se existe essa possibilidade, porque há uma crítica em relação à tal *Bolsa Empresário*, e até diria que uma *mea culpa*, muitos empresários usaram de benefícios fiscais para comprar uma lancha ali na baía de Guaratuba, ou comprar um avião, e não necessariamente aumentar o potencial da sua empresa, o número de empregos. Existe possibilidade de pensarmos, aqui no Paraná, de benefícios fiscais? Pode ser um parcelamento da ST ou realmente uma redução da MVA, alguma coisa nesse sentido, desde que prove que haveria uma geração maior de emprego nessas empresas, que estariam com uma responsabilidade social, mas conseguiriam manter o seu fluxo de caixa estável, pagando os impostos em dia, porque hoje, com a carga tributária que tem, se talvez tivéssemos um parcelamento sem aquele normal, de pagar 20% de multa e tal, o Estado talvez conseguisse até receber mais, porque hoje tenho certeza de que a inadimplência, que sentimos na ponta no varejo, o Estado também está sentindo na arrecadação.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: O Estado já tem um programa de geração de empregos, que se chama *Paraná Competitivo*, implantado em 2011; teve outros nomes, no passado, e que tem propiciado investimentos significativos ao longo desse período. São investimentos da ordem de mais de R\$ 25 bilhões da iniciativa privada, de 2011 até 2015, com geração de 100 mil empregos ao longo desse período. Então, é algo extremamente importante, que tem gerado emprego, tem gerado investimentos e tem diferido o pagamento do ICMS para anos futuros, mas tem atraído investimentos importantes aqui para o Estado. Recentemente foi inaugurada uma unidade fabril da Ambev em Ponta Grossa, investimentos da ordem - se não me falha a memória - de R\$ 853 milhões, o maior investimento do Brasil, que foi concluída agora, recentemente; e será inaugurada agora no mês de junho, da Klabin, algo em torno de R\$ 8 bilhões e meio, ou seja, um programa que foi implantado pelo Estado e tem gerado resultados importantes. Neste momento, em que passamos hoje de aumento de demanda por serviços públicos na área de saúde, educação e assistência social, não podemos perder o tato em relação ao comportamento da receita, sob pena de não termos recurso para cumprir com os nossos compromissos. Então, podemos estudar, verificar exatamente qual impacto que isso eventualmente possa ocasionar no fluxo de caixa do Estado, de maneira que não comprometa as despesas crescentes nessas áreas de crise. Mas o Programa já existe, que é o *Paraná Competitivo*, que inclusive estamos reformulando este Programa, possibilitando inclusive que vários outros investimentos, investimentos importantes que o Estado venha... Que a iniciativa privada venha fazer, possa fazer parte deles, pelo menos serem custeados com créditos acumulados ao longo do período.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Ok, Secretário. Então, faço um pedido público a toda Secretaria. Estamos batalhando, sei que a APD - Agência Paraná Desenvolvimento, também está olhando isso, para que o comércio entre no *Paraná Competitivo*, que possamos colocar uma linha de financiamento na expansão de empregos, porque as indústrias geram impostos. Agora, quem gera emprego no Paraná são os varejistas, é o comércio, os prestadores de serviço. Então, o pedido que fazemos é o de estender o *Paraná Competitivo*, uma modalidade diferenciada para o comércio, que têm construções e centros de distribuição, e podem atrair

grandes empresas para cá também. Por último, Secretário, queria fazer um convite, nesta segunda-feira a nossa Comissão de Indústria e Comércio estará realizando uma reunião, às 10h30, aqui na sala da CCJ, estarão aqui na Comissão alguns Deputados Federais, e gostaria de convidá-lo, o senhor, ou então alguns dos seus braços direitos - conheço aqui o George, o Calixto - para estarem conosco nessa reunião. Vamos discutir sobre a questão de uma alíquota interna que incide sobre - interestadual - relativa a operações que têm origem em outras Unidades Federadas, sujeitas à uma alíquota de 4%, a Lei n.º 442/2015, que estipulou novas regras para recolhimento de ICMS das operações interestaduais. Queria fazer este convite para que possamos discutir, e até já lhe fazer uma pergunta, porque algumas entidades têm me dado essa resposta e eu tenho essa dúvida. Aqui diz que hoje pagamos essa diferença de 4%, correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, e diz que é relativa à operações que têm origem em outra Unidade Federada, sujeitas à alíquota de 4%, aplicáveis aos produtos importados, excetuadas aquelas submetidas ao regime da ST. Pergunto-lhe: isso incide apenas sobre produtos importados? Quer dizer, aqui eu quero comprar importados em Itajaí, por exemplo, vou pagar essa diferença de 4%, porque é produto importado, ou é qualquer produto fabricado em outro Estado, que são nacionalizados, mas que acabamos pagando essa diferença de 4%? Queria entender se é apenas sobre os produtos importados mesmo ou se são produtos comprados de outros Estados.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Na realidade, isso é para proteger a indústria nacional, é uma medida que inclusive protege as indústrias aqui instaladas e as importações efetuadas por empresas instaladas no Estado do Paraná. Não tem qualquer sentido você comprar um produto importado de São Paulo, trazer uma alíquota de quatro, e se você for comprar um produto produzido aqui você comprar com uma alíquota de 12%. É para igualar as alíquotas. Se lá você traz a quatro, você vai pagar um diferencial de 8%, de tal forma que iguale a tributação interna, a tributação interestadual, para que não haja um privilégio em comprar de outra Unidade da Federação, em detrimento de comprar em indústria aqui instalada ou mesmo em importação aqui efetuada. Se comprar de um importador aqui, se o comércio for comprar de um importador, vai comprar a 12%. Se for comprar de um importador de São Paulo, vai comprar a 4%. Não tem qualquer sentido você estimular a aquisição em outra Unidade da Federação.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Mas é de produtos, desculpe, Secretário, mas é de produtos importados ou um produto, por exemplo, fabricado no Rio Grande do Sul?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Não. Produto fabricado no Rio Grande do Sul você compra com a alíquota de 12. Produto importado você compra, se for de outra Unidade da Federação, você compra a uma alíquota de 4%. Por isso que criamos - isso não é uma coisa criada no Paraná, isso já existe em todas as Unidades da Federação - esse chamado diferencial de alíquota. É para igualar a tributação do Estado à tributação com aquisições de outras Unidades da Federação, senão aqui compraríamos sempre em outra Unidade da Federação produtos importados.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Obrigado, Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Por uma falha nossa, acabei passando as perguntas que deveriam ser feitas pelo Deputado Professor Lemos. Então, agora anuncio o Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar a todos e a todas, ao Secretário e à sua equipe, também aos servidores que comparecem aqui nesta Audiência Pública. Quero reafirmar o que eu já falei na outra prestação de contas no início do ano, o comportamento da receita está superando a estimativa da Secretaria da Fazenda, e isso vem se confirmando. O primeiro quadrimestre, se incluímos o IPVA, dá uma diferença a mais de 18.6%. Mas é correto deduzirmos o IPVA. Tirando o IPVA, dá um crescimento de 12% no primeiro quadrimestre, quando comparado com o ano passado. Então, a receita vem crescendo. Também o mês de maio já temos números que demonstram que o ICMS passou de 22%, computando a quinta semana, quando comparado com maio do ano passado, e a receita deve crescer em torno de 13% em maio, quando você compara com o ano passado. Ora! Se projetarmos um crescimento zero nos próximos meses, ainda assim vamos chegar ao final do ano com o crescimento da ordem de 5% sobre a receita do ano passado. Mas para crescer zero tem que ter uma catástrofe! Vejo que esta leitura conservadora feita pela Secretaria da Fazenda não é boa, porque ela não ajuda o Governo. Evidentemente que tem que tomar cuidado, mas também não pode nem superestimar e nem subestimar, porque nos dois casos atrapalha quem é o gestor, no caso, o Governador do Estado do Paraná. Ele precisa pagar dívidas que tem com os funcionários públicos. Tem funcionário público que tem para receber R\$ 40 mil, é o caso de um enfermeiro lá de Toledo, o Dielson - e o SindSaúde vem cobrando - ele disse que já tem para receber mais de R\$ 40 mil. Tem professores que têm para receber mais de 15 mil, tem funcionário de escola que tem para receber mais de seis, R\$ 7 mil. Temos também concursados, gente aprovada, com exame médico, como é o caso dos servidores que já podiam estar servindo em Emater, e que estão aqui sempre cobrando. Então, há espaço, há condição para que o Governo quite imediatamente os 300 milhões que deve aos funcionários públicos, porque isso é salário, promoção de carreira. Progressão é salário atrasado de vários meses. Logo começam as outras promoções e progressões, no segundo semestre, e não foram pagas as anteriores. Então, pelo crescimento da receita, olhando também, Secretário, que é possível ter receitas extraordinárias, até gostaria de questioná-lo como é que anda, por exemplo, esse debate com o Tribunal de Justiça com relação aos recursos de depósitos judiciais. Também se esses pagamentos de precatórios, esse valor será considerado como parte dos 2% do repasse obrigatório. Também tem a venda da folha, que está prevista para junho, da ordem de 600 milhões, que é a folha de pagamento dos servidores. Também neste ajuste feito com o Governo Federal, o Estado vai poupar 153 milhões, que é receita, que fica no cofre... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Deputado. Já passaram os cinco minutos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. Também tem outras receitas que poderiam vir para o cofre do Estado. Isso está sendo também trabalhado? E quando vai, evidentemente, implementar promoções e progressões e pagar o que deve aos funcionários públicos do Estado do Paraná?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: O Estado, hoje, tem uma receita com pessoal, encargos sociais, extremamente significativa, conforme demonstrei num gráfico de pizza - se alguém puder colocar o slide 29 - vocês podem observar que se gasta com pessoal e encargos sociais quase R\$ 7 bilhões, ou seja, 53% das receitas correntes se gasta com pessoal e encargos sociais; 2% com precatórios; 2% com dívida; transferência, 26; sobra apenas R\$ 2 bilhões e 300 milhões, no primeiro quadrimestre, para todas as outras necessidades do Estado. As

despesas com pessoal e encargos sociais nesse primeiro quadrimestre cresceram, se não me falha a memória, 22% em relação ao mesmo período do ano anterior, ou seja, as despesas têm crescido de maneira significativa. O Estado, conforme falei anteriormente, no ano passado fez o ajuste fiscal para poder pagar dívidas, e pagou mais de R\$ 2 bilhões de dívidas de exercícios anteriores, e este ano, grande parte do ajuste fiscal está sendo utilizado para pagamento de pessoal e encargos sociais. Essa decisão de pagamento de 10,67% de ajuste salarial em janeiro - que ninguém fez, no Brasil ninguém aplicou os 10,67 - significou para o Estado um gasto adicional de R\$ 2 bilhões e 100 milhões. Seria prático para nós: "olha, não vamos dar o reajuste salarial, vamos dar todas as promoções e progressões que estão previstas serem dadas aos servidores." Logicamente há incompatibilidade, não há condição de se dar os 10,67 e dar tudo a mais que os servidores gostariam de ter nesse período, sob pena de você não fazer mais nada, não é? De sair de 53 para 60% em gasto de pessoal e não fazer mais nada no Governo, a não ser administrar pessoal, administrar dívida e administrar precatório. Não tem só pessoal. Por mais importante que seja o funcionalismo, logicamente compete com relação a todas as outras necessidades que o Estado tem em termos de aplicação de recurso. E não se pode pagar despesas ordinárias com recursos extraordinários. Não é possível você vender a folha de pagamento, que tem uma vez, você faz uma vez em cinco anos, para pegar esse recurso e pagar pessoal e encargos sociais, ou fazer um saque de um depósito judicial para pagar pessoal e encargos sociais. São receitas extraordinárias que têm que ser usadas em despesas extraordinárias, de tal maneira que possamos ampliar os benefícios ao cidadão. O funcionalismo do Estado do Paraná, conforme já falei aqui anteriormente, é um funcionalismo muito bem remunerado - conheço o que ocorre no Brasil - não tem salário igual ao que se paga aqui. Pode comparar efetivamente, qualquer... (Manifestação na galeria.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Por favor, silêncio!

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Pode se comparar a qualquer categoria profissional o que se paga nas outras Unidades da Federação, ou mesmo na iniciativa privada, vocês vão verificar que o salário aqui é extremamente acima do que se paga. Logicamente, temos um bom funcionalismo em função disso, mas não dá para comprometer todos os recursos do Estado no pagamento do funcionalismo, afinal, existem 11 milhões de pessoas que têm uma expectativa de uma ação do Estado, e isso só se fará com recursos adequados para isso. Em relação aos depósitos judiciais, infelizmente não contamos aí com a boa vontade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o que ocorreu com várias outras Unidades da Federação que já utilizaram os depósitos judiciais para investimentos, ou mesmo para pagamentos de precatórios. Infelizmente isso não foi possível aqui no Estado do Paraná; tivemos que recorrer à Justiça. Temos uma expectativa de que possa ter em breve uma decisão favorável para que o Estado possa sacar os recursos, possa pagar precatórios com esses recursos, disponibilizando os recursos atualmente existentes para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Sr. Secretário.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Para aplicação e recursos, investimentos importantes a serem feitos no Estado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): É importante, Secretário, que consideremos os funcionários públicos. No caso do Executivo, está chegando aí em torno de 44% com relação à receita. São médicos, enfermeiros, professores, policiais civis e militares, bombeiros, agrônomos, veterinários, servidores do DER, que prestam um serviço relevante para a população do Paraná. Então, quando consideramos a remuneração, o pagamento desse servidor, tem que considerar que ele está prestando um serviço para a população e que é muito importante para o Estado. Quando o Estado terceiriza serviço como esse, fica mais caro, muitas vezes. Então, ele está prestando um serviço importante, a população precisa dele, e é importante lembrarmos que ele tem uma carreira; essa carreira implica promoções e progressões, e isto, quando não é pago, é salário dele que está sendo retido e o Estado está devendo. Vai ter que pagar. No caso da Polícia Militar, já tem várias ações que os Soldados entraram e ganharam. Será que é preciso os servidores todos ingressarem em juízo para receber parte dos salários? Acredito que não. Olhando os números, é possível afirmarmos que o Estado pode pagar o que deve aos servidores e por em dia, e quando vir janeiro do próximo ano, vai ter condições, sim, de bancar o que foi aprovado aqui nesta Casa, que é o reajuste dos servidores em janeiro do próximo ano. Então, me parece que está tendo uma opção de fazer gastos do Estado em outras áreas, em detrimento dos funcionários públicos, e esta visão tem que ser mudada, dentro da condução da Secretaria da Fazenda, porque todos os Secretários que são alcançados pelos funcionários, dizem que é o senhor que não libera o dinheiro. Então, é preciso um pouco de sensibilidade deste Secretário, que é importante para o Estado, porque precisamos de receita, mas não pode deixar os servidores públicos tendo que brigar na Justiça ou então ir ao encontro do Governador, aonde ele for, para protestar e para cobrar o que lhe é de direito. Então, gostaria muito de fazer um apelo a V.Ex.a, que determine o quanto antes o pagamento dos atrasados de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Deputado.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Põe, por favor, no slide 42. Só para relembrar: o Estado do Paraná, em dezembro, comprometeria 43%, aproximadamente, da sua receita com pagamento de pessoal e encargos sociais. O primeiro quadrimestre comprometendo 44,28, ou seja, cresceu a receita e cresceu mais ainda a despesa, porque o comprometimento da despesa superou dezembro de 2015. Ou seja, já entramos no limite de alerta, que é de 44,10; já estamos com 44,28, ou seja, cresceu 22% a despesa com pessoal e encargos sociais. Ultrapassamos o limite de alerta estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, os gastos com pessoal e encargos sociais estão em alerta, sinal amarelo, porque tem crescido significativamente, acima da capacidade de pagamento do Estado e acima do crescimento das despesas. São estes os números que estão ali demonstrados. Não vamos assumir compromissos acima das possibilidades que o Estado tem, sob pena de levarmos ao que ocorria até 2014. Não tinha estes recursos para pagar adequadamente a folha de pessoal; quando pagava o pessoal, não pagava fornecedores, e ao longo dos anos foram-se acumulando dívidas significativas. Só vamos assumir compromissos com a responsabilidade de termos os recursos necessários para poder cumprir com os compromissos. O pessoal está sendo muito bem aquinhado, e os crescimentos da folha de pessoal estão comprometendo significativamente, já, as receitas do Estado. Muita atenção em relação à despesa com pessoal e encargos sociais. Se queremos fazer mais do que fazemos hoje, precisamos controlar não só a despesa com pessoal e encargos sociais, mas também as outras despesas de custeio administrativo, gastar menos conosco para fazermos mais pelas pessoas, que são as 11 milhões de pessoas que

têm uma expectativa muito grande em relação às ações do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Com a palavra, agora, o Deputado Rasca Rodrigues.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Boa tarde, Secretário Mauro, boa tarde a toda a equipe da Secretaria da Fazenda. Vou fazer algumas perguntas, Secretário. A primeira é em relação ao gráfico 22, que apresenta alguns números em relação à receita líquida de janeiro a fevereiro em comparação com outros Estados, e no gráfico 23 ele vai até abril e aí muda os Estados e muda essa composição. Então, não sei se foi intencional ou não, mas gostaria, se possível, que a Secretaria pudesse enviar para mim, depois, esse primeiro gráfico, o 22, fazendo uma avaliação de janeiro a abril, porque acho que tem sazonalidades aqui de receita, os Estados, alguns não têm o IPVA nem em janeiro e nem em fevereiro. Então, acho que como desaparecem principalmente os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul do próximo quadro, acho que este quadro aqui ficou para ter um favorecimento muito grande ao Estado do Paraná. É inegável que o nosso Estado não tem os mesmos problemas que estão na televisão em relação aos demais Estados, em relação à saúde, em relação à educação; não é o que desejamos, temos uma crise que é nacional, não é crise de um Estado, é uma crise global, e não é crise também de um País. Então, queria saber, primeiro, se é possível fazer essa comparação e enviar isso depois. A segunda pergunta é: a Copel vai ter agora, a partir da metade do ano, uma alíquota diferente, acho que de ICMS, e poderá cair a receita de ICMS da Copel em torno de 600 milhões, de 500 a 600 milhões. Quer saber se o Governo está preparado para suprir talvez essa receita, que não virá no segundo semestre deste ano. O Deputado Romanelli aqui faz uma cara de choro! Exatamente, vai ter perda de receita. Isso vai dificultar, com certeza, investimentos. Quer saber se a venda da folha estava prevista no orçamento ou não, e talvez possa cobrir essa defasagem que venha a ocorrer. E segundo, o item que é o quadro n.º 27, eu me assustei, Secretário, porque ouvi sempre o discurso de V.Ex. a dizendo que está controlando, que está fazendo um choque de gestão, e me assustei com este quadro, porque neste quadro de Outras Despesas Correntes a média de crescimento das despesas correntes dá quase 40% em relação à limpeza e conservação, guarda e vigilância, serviços técnicos profissionais, serviços de processamento de dados e outras receitas correntes que não estão listadas aqui. Então, percebe-se que ela está muito, mas muito acima de qualquer variação aceitável, que seria de 10, 11, 12%, e há um salto elevado, de um ano para outro, em relação aos mesmos serviços que eram prestados antes. Então, gostaria de saber se V.Ex. a tem uma explicação sobre isso. E, por último, se V.Ex. a tem um número de qual é a inadimplência do ICMS do Estado do Paraná e o que isso tem representado nas previsões. Porque acho, e aí temos diversos economistas, com diversas linhas de raciocínio, e a linha de raciocínio que V.Ex. a faz é que diminuir imposto não aumenta a arrecadação. Temos diversos economistas no mundo que divergem radicalmente sobre isso. Existe uma linha de equilíbrio de arrecadação do imposto, e ela é representada, se não me falha a memória, pela Curva de Laffer, e essa necessidade vai a 65, no máximo 70%. Então, cada setor sabe a sua elasticidade, e cada setor sabe quando fugir desse patamar. Então, acho que o exercício aritmético, e V.Ex. a sempre tem se posicionado firme em relação a isso, de não abrir a possibilidade de ter uma alíquota que seja equiparada a demais Estados, ou de ter uma alíquota que possa representar mais arrecadação, porque ela não é matemática, e os economistas divergem muito em relação a isso, e eu, pela experiência que V.Ex. a tem de diversos Estados, poderíamos discutir em muitos setores, porque 10% representa 90; se começarmos com esses 10% desses setores e estabelecer uma linha em que há um compromisso, porque... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Deputado Rasca.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Porque se temos uma inadimplência e se está havendo uma fuga de recolhimento, acho que tem uma linha que o setor, em um momento principalmente de crise, pode suportar. Então, queria saber se a Secretaria leva em conta a questão da necessidade dos impostos; ou se leva em conta, na hora de analisar, essas definições à Curva de Laffer?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bem, em relação ao quadro 22, dependemos da publicação dos Estados, dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que possamos coletar as informações da receita corrente líquida relativa ao primeiro trimestre. Como eles fizeram a publicação somente do bimestre, por isso que colocamos aqui janeiro e fevereiro de 2015 em relação a janeiro e fevereiro de 2016. Os Estados têm até hoje para fazer a publicação dos relatórios de gestão fiscal; tão logo eles façam, vamos atualizar essas informações. De maneira alguma o objetivo da apresentação do primeiro bimestre foi para tentar mascarar uma eventual redução da posição do Estado em relação às outras Unidades da Federação. O quadro 23 já é diferente, porque as informações separadas por tributo, isso é publicado por essas Unidades da Federação, está disponível nos sites das Secretarias da Fazenda, então é fácil você pegar qual é a arrecadação de ICMS do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, porque não há necessidade de eles publicarem isso nos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal para que possamos ter acesso às informações. Diferente das informações do quadro 22, que é da receita corrente líquida. Mas tão logo tenhamos essas informações publicadas pelos Estados, me comprometo a encaminhar essas informações aqui para que sejam disponibilizadas a todos os funcionários. Em relação às receitas de ICMS relativas à energia elétrica, isso nos preocupa bastante, porque é um evento que não estava previsto quando fizemos a proposta orçamentária para 2016, não havia a previsão de uma redução da bandeira tarifária, que ocorreu no mês passado, o impacto, eu diria 100% na arrecadação do mês de maio, o que levou a uma redução de algo em torno de 10% da arrecadação de ICMS mensal, por conta apenas da redução da bandeira tarifária. Outro evento, ocorrerá um impacto na arrecadação no mês de julho, que é relativo à redução da tarifa de energia elétrica aqui no Estado, algo em torno de 11,3, 11,4%, que também vai nos gerar um impacto significativo na arrecadação. Aliado a isso você tem uma migração de contribuintes que estavam consumindo energia no mercado cativo para o mercado livre, também com uma redução de base de cálculo do ICMS. Reestimamos a receita de ICMS considerando esses fatores, e nos levam a uma redução no ano de R\$ 620 milhões em relação ao que estava previsto no orçamento. Esses crescimentos de receita que estamos observando até o mês de abril que ocorreram em relação ao ICMS, logicamente isso vai diminuindo ao longo do exercício, até porque a base de 2015, a partir do mês de maio, já é uma base diferente, porque o impacto nas alíquotas de ICMS na arrecadação ocorreram no mês de maio de 2015. Então, se compararmos maio de 2016 com maio de 2015, já não tem mais crescimento real de arrecadação, por conta do fator de energia elétrica e por conta do aumento da base de 2015,

por conta do aumento de alíquota. Então, isso nos preocupa bastante, são fatores que não estavam previstos quando fizemos a proposta orçamentária, e estamos à busca de medidas que possam minimizar esse efeito. Então, imaginávamos também que a economia entraria numa crise que estamos vendo hoje, com impacto significativo na queda do PIB, estimativa de 3,83% de queda de PIB. Logicamente isso é menor aqui no Paraná, mas não havia essa expectativa. Trabalhamos, se não me falha a memória, com 1% de crescimento do PIB em 2016, e hoje já estamos trabalhando com uma redução de 2%... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Secretário.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Os parâmetros que usamos na elaboração da proposta orçamentária de 2016 não estão se concretizando. Então, estamos muito atentos em relação a isso e adotando várias medidas, de tal forma que possamos minimizar esses efeitos que estão ocorrendo em relação à arrecadação. No quadro 27 algumas despesas cresceram significativamente em relação ao ano passado, até porque precisamos lembrar bem que no ano passado concentramos grande parte da nossa arrecadação de pagamento de compromissos de exercícios anteriores, deixando compromissos do exercício um pouco mais para frente para serem quitados. Isso dá, logicamente, um descasamento quando olhamos 2016 em relação a 2015. Em 2015 privilegiávamos pagamentos de exercícios anteriores, depois colocamos em dia os compromissos de 2015, e 2016 estamos em dia em relação aos nossos compromissos. Isso cria certo desbalançamento momentâneo em relação ao comportamento desta variação nominal, mas se compensará ao longo do exercício de 2016. O ICMS não é um imposto alto, temos uma alíquota de 18% do ICMS. O ICMS, hoje, representa algo em torno de 70% da nossa arrecadação. Nós, aqui no Paraná, vivemos basicamente das nossas receitas próprias, por isso que qualquer mexida em relação às alíquotas, seja do ICMS, do IPVA ou de qualquer outro tributo, interfere significativamente não só nas receitas do Estado, mas também dos Municípios. Não podemos esquecer que 50% do IPVA vão para o Município e 25% do ICMS vão para o Município. Qualquer mexida em relação às alíquotas do ICMS é algo que afeta significativamente os Estados e os Municípios, e se olharmos a carga tributária no Brasil, é alta não por conta do ICMS, é alta por conta dos tributos que são cobrados pela União. Algo em torno de 70% do que se arrecada hoje em termos de tributos vão para União, 25% para o Estado e algo em torno de 5% para os Municípios. Então, a carga tributária ser alta não é por culpa do Estado, e sim por culpa dos tributos que são cobrados pelo Governo Federal. Então, se tivermos que reduzir carga, não é no Estado, e sim no âmbito do Governo Federal, aliás, admitido pelo próprio Ministro Meirelles, que diz que a carga tributária é alta, e é alta por conta exatamente dos tributos de responsabilidade do Governo Federal.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Sr. Secretário, primeiro em relação ao quadro n.º 1, o senhor falou que é tirado dos bimestres dos Estados, mas a fonte que coloca lá está "Secretaria de Estado da Fazenda". No quadro 23 a fonte é "Portal da Transparência dos Estados - STN". Então, claramente o quadro n.º 1 foi feito com fonte da pesquisa da Secretaria da Fazenda e não de uma fonte que possa ser acessada nacionalmente. Mas fico satisfeito com a resposta de V.Ex. a. Em relação ao imposto, queria saber se o senhor, com a experiência que tem, já simulou um setor como, por exemplo, o setor moveleiro, carga de 18%, chamar o setor e dizer o seguinte: "Olha, se baixar para 12, qual é a fuga que tem nos 18?" "Se baixar para 12, conseguiremos manter ou aumentar essa arrecadação ou não?" Quero dizer isso porque, às vezes, o 18 não parece ser muito mesmo, mas, às vezes, ele faz com que haja fuga desse recolhimento. Fuga. Temos dificuldade de fiscalização, temos uma série de outras dificuldades, mas se pega um setor, queria saber se existe isso, alguma simulação que foi feita, porque se fala, por exemplo, em um imposto único de 1%. Nos Estados Unidos o imposto é 7% para tudo. Então, não existe um equilíbrio de um setor que esse compromisso venha na arrecadação, porque é muito cômodo ficarmos numa discussão de um único imposto, de um imposto elevado. É muito cômodo sabermos que temos uma fuga desse recolhimento e é muito cômodo não fazermos esse exercício. Então, se tivesse esse exercício, acredito que isso ajudaria bastante a entendermos, porque percebemos que chega a um determinado momento e ele pode ser motivador da baixa arrecadação. O senhor não admite, por exemplo, em nenhum momento, que diminuiu o imposto, a arrecadação do imposto, como foi dito aqui, do combustível. Um avião como da Gol parar em Maringá e abastecer 13 litros! Então, significa que não estão vendendo combustível. Então, essas situações são pontuais, mas acredito que haja, nessa discussão, a possibilidade de incluir discussões inteligentes no sentido de buscarmos o equilíbrio, e que esse equilíbrio não desonere; pelo contrário, que esse equilíbrio aumente a receita. Ninguém está trabalhando aqui para abrir mão de imposto, que setores não paguem imposto, não é essa a discussão. Até porque eles dizem o seguinte: "Olha, se tivéssemos uma alíquota que fosse suportável, com certeza aumentaríamos". Ouvimos esse lado do setor comercial... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Para concluir, Rasca.

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Então, V.Ex. a, se tiver essa possibilidade enquanto estiver aqui no nosso Estado, e é bem-vindo, porque sempre tenho dito aos meus amigos que é o "Mauro necessário", foi importante, isso nos diferenciou em relação aos demais Estados, e reconheço isso, mesmo tendo algumas críticas em relação a política do Governador em alguns setores, mas reconheço isso, foi um momento importante a sua vinda para o nosso Estado. Se pudéssemos, talvez, trabalhar e usar um pouco essa discussão de forma inteligente, podemos sinalizar, como já estamos sinalizando algumas políticas tributárias para o Brasil. Então é nesse espírito; não é o espírito de pregar a sonegação, não é o espírito de renunciar receita, pelo contrário, de acharmos um imposto como instrumento mais viável economicamente, para arrecadarmos mais para o Estado.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bem, fazemos isso constantemente. A equipe do Calixto trabalha muito em cima de diversos setores fazendo avaliação da carga tributária dos setores, inclusive fazendo comparações em relação à competitividade de produzir aqui e em diversas outras Unidades da Federação, inclusive analisando os benefícios fiscais que existem em outras Unidades da Federação. Aqui a tributação, vamos dizer, modal da indústria, aquela que ocorre com maior frequência, é de 12% e não de 18%; no comércio é 18, na indústria 12, até para dar uma competitividade. Se comprarmos em outra Unidade da Federação e comprarmos aqui tudo é tributado a 12%, até diferente de outras Unidades da Federação, que cobram 18 da sua indústria e que não permitem condições de competitividade, de compra interna e compra em outra Unidade da Federação. Podemos fazer a experiência em alguns setores, estou aberto a discussões. Não pode, logicamente, é perder receita, porque perder receita significa menos recursos a diversas áreas essenciais à população, mas exercícios

em relação a eventuais reduções de carga com ampliação de receita é algo que nos interessa, assim como interessa ao senhor, interessa também ao Governo do Estado. Podemos fazer exercício e verificar se tem algum setor em que possa ser aplicada essa metodologia e que gere essa ampliação da arrecadação. No caso específico do QAV, aumentamos a alíquota e aumentamos a arrecadação. Não houve redução na arrecadação. Agora sim, se você diminuir a alíquota, sim, vai diminuir a arrecadação do setor do QAV. Isso dito não por mim, nem pelo Calixto, mas pelas próprias empresas, que quando vieram solicitar benefícios em termos de redução de ICMS, informaram que, de fato, vai haver queda na arrecadação, e eles diminuíram a quantidade de voos, afirmaram também para mim e para o Deputado Traiano, que estávamos juntos na reunião, diminuímos a quantidade de voos por conta da queda da demanda e não por conta da questão do que havia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Próximo Deputado inscrito, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Secretário, boa tarde. Mais uma vez é uma satisfação tê-lo aqui. Gostaria de fazer duas perguntas ao senhor, mas, primeiro, se me permite, só uma contextualização. Sempre ouço essa mesma história de que o Estado do Paraná é discriminado com relação ao Governo Federal, e o Governador Carlos Alberto espera que não seja mais; outros Governadores também faziam a mesma ladainha, e peguei só dois dados que V.Ex. a tem e que, talvez, possamos uma hora conversar sobre eles. O Paraná investiu 1,4 bilhões no ensino superior, e o Governo Federal investiu 2,8 bilhões, no contexto. Quando o senhor falou da Klabin, a Klabin teve agora na sua indústria - e acho justo que tenha, é bom que se lembre sempre disso - cerca de R\$ 3.370 bilhões investidos do BNDES, assim como R\$ 935 milhões da Ambev, e a Renault com mais de R\$ 373 milhões em 2012... Estão falando aqui que é seis bi. O Alexandre Curi está contra o senhor! Ele tem mais números do que nós aqui! Mas aí, além disso, a Renault - estou colocando isso - são quatro bilhões e pouco. Porque às vezes eu ouço, Secretário, quando vamos para alguns Municípios, falarem a mesma coisa: "Nós, aqui de São José dos Pinhais - ou aqui de Araucária, ou de Pinhais - recolhemos para o Estado um valor maior que o Estado nos devolve". O senhor sabe que há isso, muitas vezes o Prefeito faz esse mesmo tipo de argumento para justificar determinadas políticas que são feitas no Município. Como somos uma Unidade Federativa e parte de um Ente Federativo, parte de toda uma Federação, acho que é natural que aconteçam essas coisas. Mas não vejo, sinceramente, esse tipo de discriminação, porque acho que há outras situações que o Paraná pode, e certamente dará, também, como resposta. Gostaria de saber do senhor duas situações, como falei: a primeira com relação à sonegação, se o senhor tem números da sonegação que é feita no Estado, estimada, porque não sei se os números são verdadeiros, mas fala-se que no Brasil temos em torno de R\$ 500 bilhões de sonegação anual. Seria uma coisa absurdamente alta. Ou alguns dizem que é porque o imposto é alto, outros - e acredito que não seja por conta só do imposto, senão outros Países também teriam uma sonegação tão alta quanto - mas porque não há retorno, enfim, argumentos para não recolher e para sonegar, existem às centenas. Só gostaria de saber se esse número corresponde. E a segunda, quando o senhor esteve aqui da vez anterior, falamos sobre a possibilidade de termos a senha do Siafi, e o senhor colocou inclusive que iria, já naquela ocasião, buscar junto à sua assessoria para que os Deputados da Assembleia pudessem ter essa senha, porque assim acompanharíamos o orçamento. Pergunto a V.Ex. a se esse processo está em curso... Ah, o senhor já colocou aqui? O Romanelli está dizendo que não tem a menor possibilidade! Eu não sei, diz que nem ele tem essa senha! (risos) É melhor que não dê mesmo, porque senão, depois, vai ficar falando muita coisa aqui! Mas está dizendo que não vai ter de jeito nenhum! Não sei se o senhor vai ter ou não, vamos ver quem tem razão nessa história toda aqui. Mas há outra situação, Secretário, o senhor já falou que as promoções não são possíveis ou não vão ser feitas agora, por conta do reajuste e tal; temos uma visão diferente, respeitamos, mas temos uma visão diferente. Algumas situações específicas como o Instituto de Criminalística, que são valores, sei que no todo são valores altos, mas são valores muito específicos, muito pequenos que aprovamos aqui, inclusive, e que até o momento não foi feito nenhum tipo de pagamento. Não sei se há, Secretário, previsão de pagamento ou não. E a última, Secretário, que gostaria de saber do senhor é: o senhor pretende manter o orçamento sem o Fundo de Participação dos Estados, conforme o senhor mandou para cá? Porque se fala em fazer Emendas para que sejam reinseridos na prática orçamentária os percentuais. O senhor já emitiu uma opinião. Aqui, alguns Deputados pretendem fazer Emenda. O Governo tem intenção de - se essa Emenda for feita - de vetar essa Emenda e sustentar o que vinha dizendo desde o início, que temos necessidade de usar esses recursos para outros fins que não sejam apenas para alguns Poderes que já têm - no nosso entendimento é correto - já têm uma situação privilegiada com relação aos demais servidores e ao Estado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Deputado Tadeu, sua pergunta foi muito contundente, e o Secretário precisa de um tempo para ir ao toalete... (risos) Então, vou suspender... Tempo para responder, inclusive. Vou suspender a Sessão por alguns instantes.

(Suspensa a Sessão.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Srs. Deputados, vamos retomar a Sessão. Queria pedir a compreensão, temos uma Sessão Solene às 18 horas aqui, e tem que ser organizado o Plenário; é o Deputado Elio Rusch que está propondo. Então, estamos com o horário estourado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O Secretário estava ficando tão contente que ele viu que a banda estava chegando! (Risos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Pois é! O Secretário vai responder ao Deputado Tadeu, e peço a compreensão, tem mais três oradores inscritos, se pudessem abrir mão das perguntas, sob pena de comprometer a Sessão Solene.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Com relação à sonegação, quer dizer, tudo que descobrimos, nós autuamos. Então, não há uma informação, vamos dizer, fidedigna, em relação a isso, porque todas as identificações efetuadas da Secretaria da Fazenda são autuadas, e se não pagas, inscritas em dívida ativa e cobrado judicialmente. Estima-se, no Brasil, que para cada real arrecadado, existe outro real sonegado. Existe apenas uma estimativa do que existe de todos os tributos. Com relação à questão do Siafi, eu pedi para abrir, eu tinha solicitado - acho que foi ao George; não, foi ao pessoal da área de informática - para verificar a possibilidade de um acesso específico para consulta, e aí a partir desse acesso específico para consulta poderia ser disponibilizado, porque aí não há mais possibilidade de alterar as informações ali prestadas; apenas para consulta. Eu pediria ao George para verificar como é que está o andamento do ajuste no Siafi para permitir que se faça consulta, apenas consulta no Siafi. Logicamente é um

sistema muito antigo, e qualquer alteração nesse sistema gera problemas enormes. Estamos, inclusive, trabalhando na reformulação, aliás, na implantação de um novo sistema. Conseguimos em Santa Catarina um sistema muito bom, que saiu o sistema do Siegf, e pretendemos implantar aqui, estamos em conversações com a Sanepar em relação a esse ponto. No que se refere aos Poderes, os Poderes têm crescido significativamente os seus orçamentos ao longo dos anos. Só para vocês terem uma ideia, em 2010 se aplicava em torno de R\$ 1 bilhão e 700 milhões com os Poderes, e em 2016 estamos falando em R\$ 4 bilhões. Esta vinculação à receita do Estado, considero totalmente inadequada. Isso leva a um aporte muito maior do que a capacidade de gastos dos Poderes, e consequentemente a criação de despesas. Vocês, aqui na Assembleia, a todo semestre avaliam inúmeros Projetos de todos os Poderes, ampliando significativamente as despesas, em especial no que se refere à criação de cargos ou aumento de remuneração. Isso se faz tomando recursos de outras áreas importantes de serem aplicadas, como saúde, educação, assistência social e segurança pública. O recurso é um só, o caixa é único. Se alguém leva mais, logicamente o outro fica com menos recursos. Então, a proposta do Governo é aquela que foi enviada aqui à Assembleia, da maneira como foi aqui apresentada. Esta é a proposta do Governo.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Ok. Sr. Presidente, até para que possamos otimizar, só faço mais uma vez um apelo ao Secretário, para que possamos ver a história da senha, Secretário, porque ela contribui mesmo. O senhor sabe que a audiência aqui não é tão grande, mas não é pelo senhor, todos os Secretários que vieram para cá, o senhor sabe, sempre tivemos uma audiência pequena aqui nas prestações de contas, mas tanto o Deputado Romanelli, como eu, ficaríamos bastante agradecidos se tivéssemos condições, Deputado Romanelli, de ter essa senha, porque fazemos um acompanhamento independente do Governo, um acompanhamento mais preciso daquilo que acho que é nossa função, que é também fiscalizar o Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Democráticamente, Deputado Schiavinato e Deputado Felipe Francischini abriram mão das perguntas, e agora vamos, por dois minutos, permitir ao Deputado Anibelli, já que ele me fez o sinal que seriam só dois minutos.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Duas perguntas, Presidente. Boa tarde, Sr. Secretário...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Então me levou no bico!

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Vamos avançar. Gostaria, inicialmente, saudando o Sr. Secretário Mauro Ricardo, dizer que nos anos de 2008 e 2009, a diminuição da alíquota de ICMS de 18 para 12% no Governo do Estado, o Governo do PMDB fez com que aumentasse a arrecadação. Acredito que o senhor já teve essa informação, e se não teve, seria importante que pudéssemos avançar, porque às vezes têm coisas que são faladas e se tornam verdadeiras, e na verdade não são. Então, é importante - sei que a sua função dentro do Governo do Estado é extremamente técnica - seria importante que talvez, no próximo encontro, pudéssemos debater a respeito disso, 2008, 2009, a diminuição da alíquota de 18 para 12%, efetivamente houve aumento da arrecadação ou não? Gostaria de ler um texto aqui: "Em 10 anos, a extensão de estradas paranaenses consideradas ruins praticamente dobrou. Em 2005 eram 517 quilômetros no Estado; em 2015 o número saltou para 1.018. Os dados constam no anuário CNT do Transporte, divulgado pela Confederação Nacional do Transporte. O levantamento aponta também que, há uma década, quase 60% das vias estaduais eram consideradas ótimas ou boas; no ano passado o índice caiu para 47,7%, sendo que o percentual de estradas consideradas ótimas despencou de 24,6% para 10,9%. O documento da CNT revela que o Paraná piorou em todos os indicadores de avaliação de 2005 a 2015: qualidade do pavimento, classificação da sinalização e da geometria. No que diz respeito à sinalização, as estradas consideradas com ótima avaliação nesse quesito caíram de quase 43% para apenas 9% em dez anos." Em virtude de que somos sabedores que a previsão dos investimentos do DER, através da LOA de 2016, foi de 1 bilhão e 62 milhões, 1,62 bilhões, e pelos dados trazidos aqui pelo senhor foram investidos quase 180 milhões, ou seja, um pouco mais de 1%. Também somos sabedores que a LOA é a previsão máxima. Gostaria de saber a sua opinião, com toda experiência administrativa que o senhor tem de vários Estados, etc., se isso não poderia ser trabalhado pela sua pessoa através do Governador, dos Secretários responsáveis, para que seja feito mais investimento, porque o setor agropecuário é o que sustenta o Paraná e o Brasil. Portanto, precisaríamos efetivamente dar um prestigamento maior, e me lembro na época, em 2005, quando todo recurso superavitário do Detran era encaminhado direto para o DER para recuperar o pavimento estadual, e agora vai para o caixa único e às vezes demora um pouco mais para voltar para a recuperação das estradas. Além disso, Sr. Secretário, gostaria que o senhor me explicasse toda essa situação a respeito da tributação sobre os vinhos, porque aqui foi feita Audiência Pública, foi feito encaminhamento por parte de Deputados da Base do Governo, que tentariam resolver essa situação, até em uma conversa deste Deputado com o Governador, ele disse da vontade de tentar recuperar esse aumento que houve, absurdo, na questão tributária dos vinhos, mas não aconteceu. Em compensação, na questão do ICMS do produtor rural, que estava se tentando fazer uma nova maneira de interpretar, ou seja, cobrando a luz urbana daquele produtor rural, isso foi revertido. Portanto, em algumas situações houve a reversão, porque nesse momento havia o interesse, e em outros momentos, como na questão do vinho, não houve a reversão, mas as informações que temos, extraoficiais, são de que a arrecadação diminuiu. Dai cai no que o Deputado Rasca comentou, que às vezes, uma tributação muito alta, com o intuito de arrecadar, faz com que exista, além da sonegação e do contrabando, exista a diminuição da arrecadação. Estas seriam as perguntas, Sr. Secretário.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Primeiramente, queria saudar o Deputado Anibelli. Dizer que quando houve a redução do ICMS, no varejo, de 18% para 12%, houve, logicamente, a diminuição da arrecadação de ICMS no varejo de 18% para 12%, caiu significativamente a arrecadação, como subi agora no exercício de 2015, por conta do retorno à tributação que existia anteriormente. Em relação aos investimentos, para termos uma fonte segura de investimento, é importante que possamos segurar o custeio administrativo, em especial pessoal e encargos sociais, não permitir que cresça de maneira significativa, em especial acima da inflação, para que possamos gerar resultados superavitários em correntes, ou seja, receitas correntes acima das despesas correntes, para que possamos ter uma fonte segura para investimentos. Os investimentos que estão previstos no orçamento de 2016, 90% das fontes de recursos são de receitas extraordinárias, e apenas 10% são de receitas ordinárias. Estamos hoje com R\$ 600 milhões de investimentos, que é algo extremamente significativo, com um crescimento de

50%, apenas no mês de maio, em relação aos quatro meses anteriores, o que demonstra um ritmo muito grande, em especial no que se refere às estradas. Desses R\$ 600 milhões, algo em torno de 300, aproximadamente, são aplicados em rodovias ou estradas vicinais. Então, acho que são investimentos importantes, o Estado tem priorizado esses investimentos, temos lá uma expectativa de chegar a R\$ 1 bilhão e 100 milhões, aproximadamente, de investimentos. Mas para que isso aconteça, é importante que possamos segurar as despesas de custeio administrativo e realizar as receitas extraordinárias ali previstas, como depósito judicial, como alienação da folha, como alienação de recebíveis, como venda do BADEP, são todas fontes de recursos importantes para a concretização desses investimentos. No que se refere ao vinho, à tributação do vinho é de 29%. As pessoas dizem... Assim como de todas as outras bebidas alcoólicas, o vinho não é diferente do uísque, da vodca, da cachaça ou de diversas outras bebidas alcoólicas, é tributado a 29%. Assim como medicamento é tributado a 12%, o vinho é tributado a 29, porque o Governo considera mais essencial o medicamento do que a bebida alcoólica. Isso é natural. O vinho, no passado havia um incentivo fiscal que levava a uma redução da alíquota efetiva do vinho. Não da alíquota legal, mas da alíquota efetiva do vinho e das outras bebidas alcoólicas, que foi retirado, de tal maneira que pudéssemos tributar adequadamente as bebidas alcoólicas aqui no Estado do Paraná. Não houve queda de arrecadação; houve, muito pelo contrário, crescimento da arrecadação. O crescimento, nesses últimos cinco meses, quatro meses do exercício - não temos ainda o número fechado de maio - leva a um crescimento de aproximadamente 40% na arrecadação em relação ao mesmo período do mês anterior, o que demonstra que a medida que o Estado adotou é a medida adequada.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Na questão do ICMS do produtor rural, aquele benefício de isenção para quem estava regularizado foi... Houve uma... Acredito que através de um Decreto, ele começou a entrar em vigor, e no mês de fevereiro deste ano foi cobrado o ICMS do produtor rural. Isso foi revisto pela administração e voltou à situação anterior. Então, se o senhor pudesse nos explicar, como foi a avaliação, como foi a evolução desse trabalho internamente, dentro do Governo? Se for possível.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Não. O que ocorreu é que havia uma... Várias pessoas que estavam gozando de um determinado benefício que não tinham - vamos dizer - o direito a esse benefício, não eram produtores rurais, não estavam cadastrados no CAD/PRO - CAD/PRO que chama, não é? - É o Cadastro de Produtor Rural, e levavam pessoas com chácaras, por exemplo, que estavam tendo diferimento no ICMS na energia elétrica. Então, era algo inadequado. Fizemos um grande recadastramento e retiramos essas pessoas que não tinham direito a esses benefícios fiscais. Estabelecemos também um rigor maior na concessão do benefício fiscal, estabelecemos que o benefício fiscal, também, quando concedido para produtor rural, fosse apenas na unidade produtiva. Aí houve um questionamento em relação a isso, por isso que houve a alteração no sentido de que... "Não, mas tem a casa, por exemplo, desse produtor rural, as pessoas trabalham nesse empreendimento, e como tal também não deveriam ter relógios separados de medição", entre a unidade residencial e a unidade fabril, vamos dizer assim. Essa questão que foi alterada, estabelecendo um único medidor para toda a propriedade, não dividindo o que é unidade fabril do que é unidade residencial. Isso que foi alterado; o restante permaneceu da forma como tinha sido estabelecido inicialmente.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB): Ou seja, o produtor rural continua tendo benefício da isenção em todas as suas...

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Aquele que tinha e continua tendo, desde que tenha um cadastro e comprove, de fato, que é produtor rural. Houve também outro questionamento que tínhamos inicialmente estabelecido apenas na área rural, e aí houve, também, um questionamento que as pessoas diziam: "Não, mas é produtor também em área urbana, em expansão urbana", e aí estabelecemos um critério para podermos classificar aquele produtor rural para que também o benefício fosse dado a ele apenas comprovando que de fato ele exerce a atividade agropecuária. Então, foi esta a questão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): O Deputado Felipe está muito ansioso. Vou lhe dar um minuto, sob pena de, se ultrapassar, o Schiavinato vai voltar aqui para fazer perguntas. Então, é um minuto.

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI (SD): Secretário, de maneira bastante breve, gostaria de fazer duas considerações e ouvir de V.Ex.a se houve uma inovação ou se há um precedente. Primeiro, na questão da LDO 2017, no art. 18, parágrafo único, que possui aquele instrumento que veda aos demais Poderes transferência das parcelas duodecimais para Fundos, ao final do exercício anual, se isso é uma inovação ou se é um precedente. E o segundo, que me preocupa mais, que é a questão do art. 25, § 5º, que traz aquela previsão que ao final do bimestre será apurado se houve uma queda significativa da arrecadação estimada. E o que eu gostaria de perguntar: o *caput* do art. 25 dá o prazo de 30 dias para esta adequação, proporcional na parcela duodecimal dos demais Poderes, fazendo com que se o Poder não respeitar isso no prazo de 30 dias, que será cortado, que será limitado o empenho e limitada a movimentação financeira de pleno direito pelo Poder Executivo. Então, apenas gostaria de saber se são inovações ou se há precedentes. E no caso do artigo 25, apenas saber se na aplicação, se já estivesse em vigor na LDO 2016, agora que findamos este quadrimestre, se no presente caso seria aplicado isso, se houve uma queda significativa de arrecadação ou não. Como V.Ex.a falou "não", gostaria de ouvir as considerações.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bem, este ano estimamos a receita do Estado em função disso, dois principais fatores, que é a queda do PIB e a queda na tarifa de energia elétrica. Isto, logicamente, vai gerar um impacto na arrecadação do ano. Vamos perder, aproximadamente, R\$ 700 milhões na arrecadação por conta destes fatores, R\$ 730 milhões, se não me falha a memória. Reestimamos a receita e encaminhamos aos Poderes, para que os Poderes possam fazer o ajuste nos seus orçamentos. Calculamos isto: qual o impacto que se dará em cada um dos Poderes? Comunicamos aos Poderes, para que eles façam os contingenciamentos correspondentes, para que eles não assumam compromissos maiores do que as possibilidades de caixa para efetuar o pagamento. Isto é uma obrigação estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal. Existe um dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que caso você verifique em um determinado bimestre que as receitas serão insuficientes para atender aquilo que está estimado no ano, cabe a você fazer um contingenciamento no orçamento do Executivo e encaminhar aos Poderes, para que eles possam fazer seus contingenciamentos. O que estabelecemos na LDO de 2017 é que os contingenciamentos ele é que vai fazer. Não há problema algum em fazer. Estamos dizendo é que o Executivo não vai enviar o recurso financeiro, porque

não tem o recurso financeiro. Se houver uma redução de estimativa de ingresso de recursos, por conta do comportamento inadequado da arrecadação, comparado com aquilo que tinha sido inicialmente estabelecido, vai haver, logicamente, um repasse menor de recursos para o Poder, mas o contingenciamento deve ser feito pelo próprio Poder. Não é o Executivo que vai contingenciar o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público ou qualquer outro Poder. O outro ponto é do art. 18, parágrafo único...

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI (SD): Da vedação e transferência para Fundos.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Da vedação. Por quê? Este é o Princípio da Lei 4.320, que é a unicidade de caixa. Temos um caixa único só, que é o caixa do Estado. Não tem um caixa do poder X, Y ou Z. Ou seja, aqueles recursos que são repassados e que ao final do exercício não são aplicados, eles têm que retornar a este caixa único, que é o princípio de unicidade do Estado. Eles não podem ser destinados a Fundos, eles têm que ser retornados ao Estado. Os Fundos podem existir com receitas provenientes de outros eventos, não relativos a esses recursos, vamos dizer, ordinários do Tesouro.

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI (SD): No caso, apenas para a tréplica, a questão do art. 25, você faz a previsão na LDO de, por exemplo, no primeiro bimestre tem uma queda, você pode cortar proporcionalmente o duodécimo, no entanto, se no segundo bimestre tivermos um aumento, um incremento dessa receita, não haveria essa compensação com os demais Poderes. É isso que me preocupou mais. No entanto, não vi na LDO, salvo engano, na LDO de 2016, esses dois institutos do art. 18 e do 25. Então, a minha pergunta é se era uma inovação, no presente caso, mesmo que haja embasamento legal e jurídico para isso, ou se realmente há precedentes não só no Estado mas também em outros Estados.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: É uma inovação do Estado. Isso não existe na LDO de 2016, e foi incluído na LDO de 2017, exatamente por conta dessas duas questões: uma para atender a 4.320, unicidade de caixa; outra para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Bem, após a fala do Deputado Francischini, de um minuto, o nosso Deputado... Secretário, o Deputado Francischini aqui na Casa é conhecido como *vade mecum*, pelo seu vasto conhecimento jurídico, e portanto fez uma pergunta muito proveitosa. Então vamos, para encerrar, conceder a palavra ao Líder do Governo, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Sr. Presidente, prometo que não falarei os meus dez minutos habituais. Não posso falar que vou falar uns 40 minutos aqui, não? Mas penso que este encontro, esta prestação de contas, que atende uma formalidade prevista em Lei e na própria Constituição, é extremamente importante para que todos possam tomar conhecimento; como é uma Audiência Pública, vem aqui quem deseja participar desta Audiência Pública. Por outro lado, penso que foi muito proveitoso, até porque estamos no meio de uma crise econômica, e deu para sentir, deu para ter os números do primeiro quadrimestre e com a preocupação do que vem pela frente. Ninguém pode prever, temos talvez até o risco aí - não sou catastrofista; sou otimista - mas o imponderável não é impossível nesta quadra nacional que o País está vivendo. Mas gostaria só de parabenizar o Secretário Mauro Ricardo, toda a equipe técnica da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná - muitos eu conheço já há muitos anos - são profissionais competentes, que cumprem uma carreira, e obviamente têm compromisso com o Estado do Paraná, e, claro, de forma articulada, pensam no interesse público. E queria, muito pontualmente também, esclarecer o seguinte: questionei o Secretário Norberto Ortigara sobre a questão da execução financeira do orçamento do Programa *Leite das Crianças*, e primeira parcela, na verdade, de janeiro, que dá em torno de 6,5 milhões, que é o custo mensal do Programa, foi pago ainda com o orçamento de 2015. Por isso... Mas, já gastamos 24 milhões, aproximadamente, no primeiro quadrimestre, com o Programa. E em relação à questão que o Deputado Anibelli falou, sobre aquela experiência que tivemos aqui no Paraná de fazer a redução da alíquota do ICMS, de alíquotas de 25 para 12, de 17 para 12, inclusive aqui está a Gedalva Baratto, que é técnica da Secretaria da Fazenda, ela, na época, trabalhou intensamente isso conosco, diretamente, e na verdade não tivemos aumento de receita, por conta da redução da alíquota do ICMS, tivemos um aumento de receita, porque trabalhamos com um princípio, que é o da seletividade, o que fizemos foi um aumento daqueles itens que são cobrados na origem, como energia, telecomunicações e combustíveis, especialmente a gasolina. Foi isso que fez inclusive com que o Paraná pudesse ter passado pela grave crise de 2009, porque tivemos isso em 2008, e em 2009 tivemos em torno de R\$ 650 milhões a mais que não estavam previstos inicialmente. Agora, em relação à redução da alíquota, acompanhei com o Iparides. De fato, quem se apropriou do diferencial de alíquota a menor não foi o consumidor; foi efetivamente o comércio, esse foi o grande ganhador, especialmente as grandes redes, que, claro, puderam se apropriar disso, supermercadistas e outras mais. Então, coloco isso até porque essa questão tributária que está em discussão, sobre vinho e outras questões, mas sabemos, tudo que gera impacto são questões complexas, tem a questão da indústria paranaense de bebidas, que não é o caso de se tratar aqui agora, mas é um tema que está na pauta que tem que ser tratado. Mas quero agradecer ao Secretário Mauro Ricardo, e dizer que foi muito bem-vindo ao Paraná, e esperamos inclusive, Mauro Ricardo, que você possa um dia receber o título de Cidadão Honorário do Paraná, porque indiscutivelmente, claro, depois de um período de trabalho poderá merecê-lo - não tenho dúvida de que já o merece, pelo o que temos convivido e acompanhado - acho que o Mauro Ricardo trouxe indiscutivelmente, inegavelmente, um choque cultural para a política paranaense, em uma forma de rever procedimentos do Estado, e nesse aspecto acho importante, em um momento em que você faz uma revisão da política nacional, que também os gestores públicos tenham novos conceitos para poder, de fato, mudar um pouco, trabalhar com os temas reais que temos. Vou encerrar, Presidente, senão não vou conseguir cumprir o meu compromisso de falar os 10 minutos. Mas obrigado, foi muito boa esta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Agradecemos a presença do Secretário Mauro, de toda a equipe da Secretaria da Fazenda aqui presente, e tenho certeza de que essa Audiência Pública foi muito esclarecedora a todos os paranaenses que acompanham, pela *TV Assembleia*, a transmissão da Sessão Plenária da nossa Assembleia. **Declaro encerrada a Audiência Pública.**

REQUERIMENTOS

Requerimentos com despacho do Presidente:

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3.º alínea "c" do Regimento Interno (em decorrência de Audiência com Ministro de Estado): **Requerimento n.º**

2.933/2016, do Deputado Pedro Lupion, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 18/5/2016.

Deferidos conforme o art. 60, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento n.º 2.929/2016**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 11/5/2016; **Requerimento n.º 2.930/2016**, do Deputado Missionário Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 30/5/2016; **Requerimento n.º 2.931/2016**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 30/5/2016; **Requerimento n.º 2.932/2016**, do Deputado Pedro Lupion, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 17/5/2016; **Requerimento n.º 2.934/2016**, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 18/5/2016; **Requerimento n.º 2.935/2016**, do Deputado Hussein Bakri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 30/5/2016. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 1.º/6/2016, às 13h30, conforme combinado com as Lideranças, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 210/2015, 561/2015, 769/2015, 935/2015 e 114/2016; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 427/2015; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 746/2015, 872/2015, 175/2016 e do Projeto de Resolução n.º 8/2016.

"LEVANTA-SE A SESSÃO" (Sessão encerrada às 18h03, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução n.º 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno.)

49202/2016

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

18ª. LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 31 DE MAIO DE 2016

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se no Auditório Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Exmo. Deputado: Nelson Justus (Presidente), Fernando Scanavaca, Pedro Lupion, Bernardo Carli, Tiago Amaral, Luiz Claudio Romanelli, Felipe Francischini, Guto Silva, Pastor Edson Praczyk, Gilson de Souza, Tadeu Veneri e Nereu Moura. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão: **01-PROJETO DE LEI 251/2016 - MENSAGEM Nº 23/2016. Autor: Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso dos imóveis que especifica à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. RELATOR: DEP. GUTO SILVA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 02-PROJETO DE LEI 237/2016. Autor: Procuradoria Geral da Justiça / Ministério Público. Reajusta, conforme específica, o vencimento básico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 03-PROJETO DE LEI 238/2016. Autor: Tribunal de Justiça. Reajusta as tabelas de vencimentos dos Cargos e das Funções dos Servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Judicial e Extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2016. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 04- PROJETO DE LEI 240/2016. Autor: Tribunal de Contas. Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações e do auxílio-alimentação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e adota outras providências. RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 05- PROJETO DE LEI 239/2016. Autor: Defensoria Pública. Concessão, para revisão geral anual do ano de 2016, do índice geral de 9,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das Carreiras de Servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná. RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 06- EMENDA DE PLENARIO PROJETO DE LEI 577/2015. Autor do Projeto: Claudia Pereira. Autor da Emenda: Claudia Pereira. Dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados. RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 07- DUAS EMENDAS DE PLENARIO AO PROJETO DE LEI 547/2015. Autor do Projeto: Felipe Francischini e Marcio Pauliki. Autor da Emenda 1: Felipe Francischini. Autor da Emenda 2: Marcio Pauliki. Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem os benefícios de novas promoções a seus clientes preexistentes. RELATOR: DEP. GUTO SILVA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 08- EMENDA DA COM. DE TURISMO PROJETO DE LEI 879/2015. Autor: Claudia Pereira. Institui a Região Turística Cataratas do Iguçu e Caminhos ao Lago de Itaipu. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO pelo Relator. 09- EMENDA DA COM. DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI 643/2015. Autor: Artagão Junior.**

Alteração da Lei nº 11.662, de 10 de janeiro de 1997, que torna obrigatório aos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública e Particular, de 1º, 2º e 3º graus, a abonação de faltas de alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa, e da lei nº 16.653, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe que as provas e demais avaliações, atividades referentes a Concursos Públicos e Vestibulares, em qualquer de suas fases, não se realizem aos sábados. RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO pelo Relator. 10- PROJETO DE LEI 781/2015 . Autor: Maria Victoria. Determinação para que as Unidades de Saúde credenciadas no Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná - SUS, bem como as da rede privada, ofereçam leito separado para as mães de natimorto e mães com óbito fetal. NOVO RELATOR: TIAGO AMARAL. PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Luiz Claudio Romanelli e Felipe Francischini do Voto em separado Contrário do Dep. Pastor Edson Praczyk. 11- PROJETO DE LEI 230/2015. Autor: Jonas Guimarães. **Anexos: 241/2015 – Ney Leprevost / 341/2015 – Nelson Luersen. 544/2015 – Prof. Lemos / 068/2016 – Nereu Moura. 083/2016 – Felipe Francischini e Tião Medeiros. Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL. PARECER: CONTRÁRIO- Rejeitado. Vencidos os Deps. Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Bernardo Carli e Guto Silva. NOMEADO NOVO RELATOR: DEP. Gilson de Souza. 12- PROJETO DE LEI 938/2015. Autor: Alexandre Guimarães. Dispõe sobre a obrigação de hospitais, clínicas, consultórios e similares a informar aos pacientes em tratamento de câncer que a reconstrução da mama retirada é feita de forma gratuita nos Hospitais Públicos do Estado. RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 13- PROJETO DE LEI 826/2015. Autor: Schiavinato. Determina ao Governo do Estado a realizar convênios e financiamentos tão somente aos tomadores de repasses que tenham em seu Quadro Funcional Engenheiro Civil concursado, quando envolver Execução de Obras. RELATOR: DEP. GUTO SILVA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 14- PROJETO DE LEI 451/2015. Autor: Nereu Moura. Autoriza a Instituição do Programa CNH Jovem e dá outras providências. RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 15- PROJETO DE LEI 724/2015. Autor: Professor Lemos. Dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Étnico-Racial do Estado do Paraná e dá outras providências. RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 16- PROJETO DE LEI 26/2016. Autor: Reichembach. Disciplina a utilização dos termos "Cartório" e "Cartório Extrajudicial" no âmbito do Estado do Paraná. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 17- PROJETO DE LEI 237/2015. Autor: Ney Leprevost. Fica instituída, no âmbito do Estado do Paraná, a obrigatoriedade de afixar nos elevadores de edifícios comerciais placas alertando sobre as consequências da discriminação e preconceito. RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 18- PROJETO DE LEI 729/2015. Autor: Guto Silva. Dispõe sobre o cadastramento de senha para a emissão e de conta detalhada de serviço móvel celular, pré ou pós-pago, bem como do cadastramento de uma senha pessoal e intransferível, para assegurar o direito a privacidade e sigilo das informações. RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 19- PROJETO DE LEI 378/2015. Autor: Ademair Traiano. **Anexo: 439/2015: Claudio Palozi, Gilson de Souza, Paranhos, Alexandre Guimaraes, Claudia Pereira, Cobra Reporter, Guto Silva, Hussein Bakri, Marcio Nunes, Missionario Ricardo Arruda, Reichembach, Evandro Araujo. Institui benefícios para incentivar o aproveitamento de energia elétrica produzida por microgeradores e minigeradores. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 20- PROJETO DE LEI 758/2015. Autor: Rasca Rodrigues. Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de animais em Hospitais ou Clínicas Veterinárias da rede privada do Estado do Paraná, nas hipóteses que especifica. RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 21- PROJETO DE LEI 808/2015. Autor: Marcio Pacheco. Dispõe sobre obrigatoriedade das operadoras de serviços de telefonia fixa e móvel e as operadoras de TV por assinatura a divulgar e manter estabelecimentos físicos e representantes legais no Estado do Paraná para atendimento presencial ao Consumidor, e recebimento de citações e intimações. RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 22- PROJETO DE LEI 590/2015. Autor: Paranhos. Dispõe sobre o dever de transparência ativa dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado do Paraná na divulgação de informações sobre obras públicas. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 23- PROJETO DE LEI 408/2015. Autor: Gilson de Souza. Altera a Redação do Artigo 3º da Lei Estadual nº 16.677 de 20 de dezembro de 2010, incluindo parágrafo único que passa a vigorar com a seguinte redação. RELATOR: DEP. GUTO SILVA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 24- PROJETO DE LEI 700/2015 . Autor: Gilberto Ribeiro. **ANEXO 51/2016 – Nereu Moura. Estabelece o atendimento prioritário a crianças, adolescentes e conselheiros tutelares nas Delegacias de Polícia do Estado do Paraná. RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 25- PROJETO DE LEI 777/2015.

Autor: Elio Rusch. Institui no âmbito do Estado do Paraná o "Deportamento sem dano" para crianças vítimas de abuso sexual ou violência. **RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 26- PROJETO DE LEI 78/2015. Autor: Ney Leprevost.** Institui o Dia Estadual de Combate a Hipertensão Arterial, a ser realizado anualmente no dia 26 de abril. **RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 27- PROJETO DE LEI 23/2016. Autor: Missionário Ricardo Arruda.** Proíbe os estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo para compras com cartão de crédito ou débito no Estado do Paraná. **RELATOR: DEP. GUTO SILVA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 28- PROJETO DE LEI 779/2015. Autor: Gilberto Ribeiro.** Dispõe sobre a baixa de pontuação na Carteira Nacional de Habilitação – CNH – aos doadores de sangue no estado e dá outras providências. **RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 29- PROJETO DE LEI 124/2016. Autor: Evandro Araújo.** Concessão de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Emanuel Fernando Scheffer Rego. **RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 30- PROJETO DE LEI 197/2016. Autor: Ademar Traiano.** Concessão do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Dom José Antônio Peruzzo. **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 31- PROJETO DE LEI 655/2015. Autor: Gilberto Ribeiro e Pastor Edson Praczyk.** Proíbe o uso da fabricação de produtos, materiais e artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição. **RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 32- PROJETO DE LEI 230/2016. Autor: Ney Leprevost.** Concessão de Título de Utilidade Pública, à Associação para Cuidado Do Fígado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado.** Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão._

Dep. Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora Mat12839

49204/2016

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

Portaria n.º 003/2016 DG – 18.ª Legislatura

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes conferem os artigos 8º e 15 do Decreto Legislativo n.º 52, de 27 de março de 1984, e com base no artigo 269 do Regime Interno, e nos artigos 306 e 315 da Lei Estadual 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta dos protocolados sob os números 530/2016 e 5.438/2016,

RESOLVE:

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituído por meio da Portaria n.º 001/2016 – DG, a contar de 1º de junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º de junho de 2016.

ROBERTO COSTA CURTA

Diretor Geral

49207/2016

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 170/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 221 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.360, de 2016,

RESOLVE:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora LETICIA CHRISTINA BASSLER, matrícula nº 13.041, de 15 (quinze) dias, no período de 14/05/2016 a 28/05/2016, conforme comprovante de licença nº 679/2016 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 171/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 221 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.350, de 2016,

RESOLVE:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora ANA PAULA MOREIRA DA CRUZ LIMA, matrícula nº 40.854, de 30 (trinta) dias, no período de 23/05/2016 a 21/06/2016, conforme comprovante de licença nº 682/2016 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 172/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4.280, de 2016,

RESOLVE:

Comunicar que ROSELI GOBBO ARAUJO, matrícula nº 40.393, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedida para a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, estará em gozo de férias referente ao exercício 2016, a partir de 04/07/2016 até 02/08/2016, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 173/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.163, de 2016,

RESOLVE:

Comunicar que MARCOS ANTONIO NOGOSEK, matrícula nº 41.060, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na Diretoria Administrativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 20/06/2016 até 19/07/2016, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 174/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.392, de 2016,

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 85/2016 a partir de 07/04/2016, referente ao servidor CLAUDIO MARQUES DA SILVA, matrícula nº 40.040, tendo em vista o encerramento da disposição funcional, conforme Ofício nº 149/2016 da Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 175/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.371, de 2016,

RESOLVE:

Comunicar que CASSIA MARA BARON, matrícula nº 40.466, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, estará em gozo de férias referente ao exercício 2016, a partir de 11/07/2016 até 09/08/2016, com o

pagamento da gratificação referente ao terço de férias em junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 176/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 221 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.430, de 2016,

R E S O L V E:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora ROSELI DA CRUZ PEREIRA, matrícula nº 40.325, de 10 (dez) dias, no período de 20/05/2016 a 29/05/2016, conforme comprovante de licença nº 227/2016 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 177/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 15 do Decreto Legislativo nº 52, de 27 de março de 1984, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.413, de 2016,

R E S O L V E:

Lotar a servidora Izabel Leme Perin, matrícula nº 40.951, na Diretoria Administrativa, a partir de 1º de junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 178/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 15 do Decreto Legislativo nº 52, de 27 de março de 1984, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4.445, de 2016,

R E S O L V E:

Lotar a servidora Stella Maris Winnikes da Silva, matrícula nº 40.881, no Gabinete do Deputado Reinhold Stephanes Junior, a partir de 2 de maio de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 31 de maio de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 179/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.475, de 2016,

R E S O L V E:

Prorrogar a disposição funcional da servidora ROSANGELA DE FATIMA HOEBEL DOS SANTOS, matrícula nº 40.272, até 31/12/2016, junto à Secretaria de Estado da Educação – Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, conforme ofício CEE/CC 1414/16, com ônus para o órgão de origem.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º de junho de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 180/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõem os artigos 227 e 228 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.495, de 2016,

R E S O L V E:

Conceder licença médica por acidente de trabalho, à servidora RITA DE

CASSIA ZORNIG, matrícula nº 40.527, de 30 (trinta) dias, no período de 10/05/2016 a 08/06/2016, conforme comprovante de licença nº 672/2016 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º de junho de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 181/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.476, de 2016,

R E S O L V E:

Comunicar que NERY UMBERTO SGUARIZI, matrícula nº 40.502, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedido para a Secretaria de Estado da Comunicação Social, estará em gozo de férias referente ao exercício 2016, a partir de 20/06/2016 até 19/07/2016, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º de junho de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 182/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 221 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.548, de 2016,

R E S O L V E:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora MÁRCIA CRISTINA KUEHNE, matrícula nº 55.163, de 15 (quinze) dias, no período de 30/05/2016 a 13/06/2016, conforme comprovante de licença nº 237/2016 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de junho de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 183/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.543, de 2016,

R E S O L V E:

Comunicar que JOSÉ NORATO DE LIMA, matrícula nº 40.865, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedido para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, estará em gozo de férias referente ao exercício 2016, a partir de 04/07/2016 até 03/08/2016, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de junho de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 184/2016

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5.463, de 2016,

R E S O L V E:

Comunicar que EDSON BARON, matrícula nº 40.959, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na Diretoria Administrativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2016, a partir de 11/07/2016 até 09/08/2016, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em junho de 2016.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de junho de 2016.

BRUNO PEROZIN GAROFANI

Diretor de Pessoal



A Imprensa Oficial
é responsável pela confecção
de diversos trabalhos gráficos
ao poder público estadual.

Setor de Orçamento Gráfico
41 3313.3293 | 3313.3259

www.imprensaoficial.pr.gov.br

